

CENTRO UNIVERSITÁRIO SAGRADO CORAÇÃO

Alexandre Lamônica

**A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS PÓS SEGUNDA GUERRA
MUNDIAL**

BAURU

2021

Alexandre Lamônica

**A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS PÓS SEGUNDA GUERRA
MUNDIAL**

Monografia de Pesquisa de Iniciação Científica
apresentado a Pró-reitora de Pesquisa e Pós-
Graduação do Centro Universitário Sagrado
Coração.

Orientadora: Prof. Dra. Karina Stange Calandrin.

BAURU

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com
ISBD

L234p

Lamonica, Alexandre

A política externa dos Estados Unidos pós Segunda Guerra Mundial / Alexandre Lamonica. -- 2021.
55f.

Orientadora: Prof.^a Dra. Karina Stange Calandrin

Monografia (Iniciação Científica em Relações internacionais) -
Centro Universitário Sagrado Coração - UNISAGRADO - Bauru -
SP

1. Estados Unidos. 2. Excepcionalismo. 3. Segunda Guerra Mundial. 4. Guerra Fria. 5. Pós Colonialismo. I. Calandrin, Karina Stange. II. Título.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a política externa dos Estados Unidos, estabelecida após a Segunda Guerra Mundial e a sua abordagem até os dias atuais. A análise se dá inicialmente através do pensamento por parte da sua população, que é fundamentado ideologicamente no excepcionalismo, ideia na qual os Estados Unidos seria a nação escolhida por Deus e visa levar seus valores e sua democracia para o resto do mundo como forma de salvação. É fundamental neste processo entender como se deu a ascensão dos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial, ganhando força no período da Guerra Fria e se concretizando nas políticas recentes de Guerra ao Terror. A corrente teórica utilizada na pesquisa será a neomarxista, voltada para os estudos das relações internacionais tendo o intuito de entender a motivação dos Estados Unidos em se relacionar com determinados países para obter benefícios próprios e principalmente para suas classes dominantes. Através desses entendimentos será possível concluir uma análise mais sólida a respeito desses fenômenos de política externa estadunidense e como afeta o mundo inteiro.

Palavras-chave: Estados Unidos. excepcionalismo. pós colonialismo. Ascensão. segunda guerra mundial. guerra fria. marxismo.

ABSTRACT

The current project has as object analyze the external politics of the United States of America, implemented after the Second Great War and the approach until nowadays. At first, the analyses will be through the thoughts of the people from the USA, which is reasoned ideological on exceptionalism, the idea which United States is “The nation chosen by God” and will take your own values and democracy for the rest of the world, as a way for salvation. It’s essential to this process to understand how the rise of the USA, after World War II, gained force in the period of the Cold War, and materialized in recent politics of War on Terror. The theoretical line of research used in this project will be the neo-Marxist, turn to international relations studies having the aim of understanding the motivation of the United States to socialize with some countries, to get self-advantage and mainly for their dominant classes. Through this research it will be possible to deduce a consistent analysis about the phenomena of American foreign policy and how it affects the whole world.

Keywords: United States. exceptionalism. post colonialism. Rise. Second War. Cold War. Marxism

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA	5
1.2	Os primórdios da Guerra Fria.....	10
1.3	A política de contenção (Guerra da Coréia).....	13
1.4	Crise de Suez, Corrida ESPACIAL, divisão de Berlim e a crise dos mísseis.....	16
1.5	Vietnã	22
1.6	Oriente Médio.....	27
1.7	Fim da guerra fria	30
1.8	A Nova Ordem Mundial	36
1.9	Objetivos.....	40
1.9.1	OBJETIVO GERAL	40
1.9.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	40
1.10	JUSTIFICATIVA	41
2	MATERIAIS E MÉTODOS	42
3	RESULTADOS	43
3.1	EVENTOS ANALISADOS	43
4	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	47
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
	Referências.....	53

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

O início da ascensão estadunidense no Sistema Internacional, no que ficou conhecida como *Pax Americana*¹, começou em 1941 e estaria terminando agora (SACHS, 2018). Enquanto os Estados Unidos (EUA) continuam sendo o gigante militar do mundo e uma potência econômica, argumenta-se que os EUA não dominam mais a geopolítica ou a economia mundial. Suas forças armadas podem defender os Estados Unidos contra ataques, mas não podem determinar decisivamente a direção da geopolítica, ou mesmo a política local nas regiões em que intervêm.

Os Estados Unidos há muito se consideram uma nação excepcional. Essa visão tem apoio bipartidário e raízes profundas na história, cultura e tradições religiosas do país. Recentes pausas ao excepcionalismo estadunidense incluem a descrição de Ronald Reagan dos Estados Unidos como "a cidade brilhante na colina" e Madeleine Albright como a "nação indispensável". O excepcionalismo estadunidense tem sido chamado de religião cívica do país, lançada em termos seculares com uma aura religiosa, como na invocação de Lincoln da América como "a última melhor esperança da Terra" (SACHS, 2018).

Uma parte do excepcionalismo estadunidense é a guerra implacável. Observando mais de 280 "intervenções militares e impasses nucleares em todos os cantos do globo", além de vinte e nove guerras com os povos indígenas do país, o historiador Harry S. Stout declara: "A norma da vida nacional estadunidense é a guerra". A tradição excepcionalista tem sido encontrar o propósito divino na guerra, colocando "a fé da América na instituição da guerra como um instrumento divino e um mandato sagrado a ser exercido em todo o mundo" (SACHS, 2018, p. 10).

Os estadunidenses acreditaram na justiça de sua causa em parte por causa dos repetidos triunfos militares ao longo da história. Não apenas a guerra foi justificada em nome de Deus, mas também a vitória foi interpretada como o apoio providencial de Deus aos Estados Unidos. No entanto, esse tipo de excepcionalismo é especialmente equivocado no século XXI. Os Estados Unidos não têm o poder econômico e militar relativo, para não mencionar o conhecimento e a prudência, para resgatar o mundo por meio de intervenções militares controversas lideradas

¹ Termo latino utilizado para se referir à hegemonia estadunidense no Sistema Internacional.

pelos estadunidenses e operações de mudança de regime. Nas últimas décadas ações realizadas no Vietnã, Camboja, Laos, Guatemala, Haiti, Nicarágua, El Salvador, Afeganistão, Irã, Iraque, Líbia, Iêmen e Síria (apenas para citar alguns) (HAAS, 2017).

Este movimento da política externa dos Estados Unidos, por alguns entendida como imperialista, teve maior impulso durante a Guerra Fria, no embate com a União Soviética. Desde o final da década de 1970, os Estados Unidos estão envolvidos em guerras e revoltas políticas no Oriente Médio. Antes disso, das décadas de 1950 a 1970, os Estados Unidos estavam envolvidos no sudeste da Ásia e na América Latina, regiões diferentes, mesmos métodos.

Propomos, então, uma pesquisa sobre a política externa dos Estados Unidos durante esta ascensão e consolidação como hegemonia no Sistema Internacional, focado nos métodos de intervenção e discussão sobre a alcunha de “nação imperialista”.

O imperialismo que conhecemos hoje (o de forma clássica, por assim dizer) é na verdade uma evolução do capitalismo, como cita Lênin: Os principais estágios de monopólio da história são os seguintes: (1) 1960-70, o estágio mais alto, o ápice do desenvolvimento da livre concorrência; aqui o monopólio está num estágio embrionário quase discernível. (2) Após a crise de 1873, um longo período de desenvolvimento dos cartéis²; mas eles ainda são exceção. Não são duráveis apenas um fenômeno transitório. (3) O fim no final do século 19 e a crise de 1900-03 os Cartéis se tornam fundamentos de toda a vida econômica. O capitalismo se tornara em imperialismo. (1917). Como definição, ainda na obra de Lênin pode ser definir o imperialismo (o clássico) levando em conta conceitos econômicos pelas seguintes características:

1) A concentração da produção e do capital evoluiu para um estágio tão alto que criou monopólios que desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão de capital bancário com capital industrial e a criação, com base nesse capital financeiro, de uma oligarquia financeira; 3) a exportação de capital, diferentemente da exportação de commodities, adquire uma importância excepcional; 4) a formação de associações capitalistas monopolistas internacionais que compartilham o mundo entre si e 5) a divisão territorial do mundo inteiro entre si e 50 a divisão territorial do mundo inteiro entre as maiores potências capitalistas (1917, p.92).

Em complemento a este pensamento temos que:

Edward Said traz em sua obra que o imperialismo tem significado de pensar, estabelecer e controlar terras que determinado Estado não possui, mas pertence a outros. Por essas razões, atrai algumas pessoas e

frequentemente envolve uma miséria muito grande para outras. (SAID, 1993 p.7)

Para entendermos e analisarmos melhor como se dá essa situação imperialista do governo norte-americano, será usado como base teórica das relações internacionais o marxismo que segundo Vigevani (2011) Tal corrente permite uma compreensão mais abrangente da forma de como os Estados interagem entre si, analisando a evolução das relações entre eles tanto na parte social quanto na parte econômica e buscando o entendimento das estruturas sociais e de dominação. O Marxismo incorpora o estudo da dimensão histórica, olhando primeiramente para a situação evolutiva das forças produtivas, para o prevalecente modo de produção e para as relações sociais de produção com isso é possível um claro entendimento das relações entre Estados e do Sistema Internacional. Ademais a conexão entre política e economia é de extrema relevância, já que o marxismo considera a questão econômica como determinante, não apenas para as relações de poder, mas na forma como se desenvolvem as relações entre os Estados e sua dinâmica.

Cox e Sinclair (2001) citado em Vigevani (2011, p.125) apresentam uma noção de hegemonia interessante para o caso escolhido:

Hegemonia mundial pode ser descrita como uma estrutura social, uma estrutura econômica e uma estrutura política; e não pode ser simplesmente uma dessas coisas, mas deve ser todas as três. Hegemonia mundial, além disso, é expressa em normas universais, instituições e mecanismos que estabelecem regras gerais de comportamento para os Estados e para as forças da sociedade civil que atuam por meio de fronteiras nacionais – regras que suportam o modo de produção dominante.

Com esse entendimento podemos adentrar nas questões dos pós colonialismo e como se deu a ascensão dos EUA como potência hegemônica.

O importante a se saber do pós-colonialismo é que as nações que antes sofriam com o colonialismo, em grande parte ainda se mantêm subordinadas às nações europeias e norte-americanas numa posição de desigualdade econômica. Essas nações dominantes nomeiam uma política e uma filosofia das dominadas de como se portarem, e assim mantendo os problemas do passado. Tais nações acabam perdendo suas raízes e são obrigadas a absorver as culturas “colonizadoras” se transformando em um braço dos dominantes em outro continente (YOUNG, 2003).

A ascensão norte-americana se dá ainda antes do final da segunda-guerra mundial com escritores como Lippmann que anos mais tarde escreveria sobre os Estados Unidos ter obrigação em casos como o do Vietnã em fazer “ajustes da

realidade'' e a realidade do poder americano, que ele tornará mais aceitável com um discurso moralista e Kennan que acreditava ser o seu país guardião da civilização ocidental já que nenhuma outra população ou Estado tinha meios para desafiar os EUA militar ou economicamente. A partir do final da segunda guerra mundial a ideia de liderança americana fica cada vez mais presente, suas autoridades sabiam que a imagem de uma potência imperial não cairia bem para o país, preferindo a noção de "responsabilidade mundial" como justificativa para suas ações. A doutrina Monroe, o Destino manifesto e assim por diante, conduziram tal responsabilidade mundial, que corresponde exatamente ao crescimento dos interesses globais norte-americanos e à concepção de seu enorme poder, conforme formulado pela política externa e elite intelectual dos norte-americanos. (SAID, 1983).

J. Barnet em "The root of war" (1972) citado por Said (1993) conclui que a política externa dos EUA no período de Nixon era de promover o mundo cada vez mais sujeito ao estado de direito. Mas ressalta que são os norte-americanos que devem "organizar a paz" estabelecendo regras básicas para o desenvolvimento econômico e militar em todo o planeta. Assim, os EUA estabeleceram regras de comportamento soviéticos em Cuba, comportamento brasileiro no Brasil e o comportamento vietnamita no Vietnã. Sobre a guerra fria ele acrescenta que a política era expressa por uma série de diretrizes sobre questões extraterritoriais. Como por exemplo se a Grã-Bretanha poderia negociar com Cuba ou até se o governo da Guiana britânica poderia ter um dentista marxista. E afirma:

Os EUA excepcionalmente abençoados com riquezas superáveis e uma história excepcional, estão acima do sistema internacional, não dentro dele. Supremo entre as nações eles estão prontos para serem portadores da lei (BARNET, 1972. P.286)

Willy Brandt citado também por Said (1993, P. 283) fala sobre as nações unidas que mesmo sendo uma organização de princípios admiráveis, não agem de forma adequada aos inúmeros conflitos regionais e globais. Onde o pensamento global tende a reproduzir as nações com um superpoder no cenário internacional com influencia, ideológica e étnica como as de antigamente (anterior a guerra fria) mas ainda mais perigoso se tratando de uma era nuclear.

Entendia essa noção de como se deu a ascensão norte-americana pós guerra-fria, pelos seus pensamentos de serem predestinados a garantirem os valores

morais do mundo contemporâneo e sua consolidação pós-guerra fria é necessário entender o conceito de novo imperialismo.

O imperialismo do tipo capitalista surge da relação de interesses de poder territorial e capitalista. É importante entender que esse novo imperialismo varia de Estado para Estado, assim, para compreender a relação imperial em uma determinada situação deve-se primeiro analisar a motivação que levou aquele Estado a realizar determinada ação. Tal estudo deve em primeiro lugar observar as logicas territoriais capitalistas de poder e em segundo lugar entre as atuações internas de cada Estado (HARVEY, 2003)

No caso dos Estados Unidos o jornalista Michael Ignatieff (2002) citado por David Harvey (2003) ressalva que “Toda guerra dos Estados Unidos contra o terror é um exercício de imperialismo” (p. 22)

Com essas noções de imperialismo, marxismo, pós colonialismo, a ascensão dos EUA ao poder e do novo imperialismo será possível realizar um estudo dos casos onde o governo dos Estados Unidos através de políticas externas utilizou do exercício de coerção contra outros Estados para obter benefícios próprios.

1.2 OS PRIMÓRDIOS DA GUERRA FRIA

O fim da Segunda Guerra Mundial, deu início a um novo período na história da humanidade, chamado de período da Guerra Fria que, basicamente, dividiu o globo em duas partes, a parte capitalista comandada pelos Estados Unidos que tinham como objetivo a construção em seu discurso de salvar o mundo das amarras comunistas, e do outro lado, a União Soviética que tinha o intuito de combater o imperialismo estadunidense e seus aliados ocidentais. Ainda no ano de 1944, Estados Unidos e Inglaterra já negociavam a fundação de um sistema chamado “Bretton-Woods” para controlar, ou manejar, a economia internacional. Além deste, foi criado o Fundo monetário Internacional (FMI), com o intuito de regular os empréstimos financeiros, o que iria tornar lastro o dólar estadunidense, e o Banco Internacional de reconstrução e desenvolvimento para promover a recuperação europeia e suas economias destruídas pela Guerra. Aquelas negociações e instituições serviram de alicerce para o grande poderio econômico dos Estados Unidos nas quatro décadas seguintes (KARNAL, 2010)

Entre os dias 4 a 11 de fevereiro de 1945 (a guerra ainda não chegara ao seu fim) ocorreu a conferência de Ialta, com participação dos líderes das três principais potências mundiais da época, Franklin D. Roosevelt dos Estados Unidos, Josef Stalin da União Soviética e o primeiro-ministro do Reino Unido Winston Churchill, debateram temas que definiriam o futuro da Europa Ocidental, assim como, de todo o restante do mundo pelos próximos anos. Desde pontos como o desmembramento da Alemanha nazista, passando por auxílio aos desabrigados da guerra, a divisão das zonas de ocupação dos exércitos vitoriosos fora debatida, entretanto, vale ressaltar que a guerra ainda não havia terminado. “O problema é que muitas dessas questões eram amplas e vagas, como se pode observar, e abriam margem a disputas e desavenças futuras, uma vez que podiam ser interpretadas de diferentes formas.” (MUNHOZ 2020, p. 79)

Esse talvez tenha sido o último encontro pacífico entre essas potências, já que a partir dos meses seguintes, as relações entre esses países começariam a deteriorar-se. E a partir daí os Estados Unidos estendeu seu alcance ao redor do mundo das mais diversas maneiras. E sempre envolveram matar alguém. Sempre envolveram lutar em algum outro lugar. Sempre foram outros os povos massacrados. Nunca aqui. Nunca o território nacional. (CHOMSKY, 2001). A morte

do presidente Roosevelt foi um dos fatores iniciais para tal, já que, ele era a favor de uma política de apaziguamento com a URSS:

O problema que Roosevelt precisava resolver no cenário europeu, com uma correlação de forças bastante desfavorável aos EUA e à Grã-Bretanha, era oferecer a Stálin, além das honrarias e do reconhecimento, objetivos concretos e sinais de que não almejava confrontar interesses vitais da União Soviética ao final da guerra. (MUNHOZ 2020, P86)

Porém, vale ressaltar que os Estados Unidos sempre tiveram como finalidade se tornar a única potência global e, para isso, seria necessário dar a União Soviética a alcunha de potência, mesmo que, com um papel global muito diferente do exercido pelos estadunidenses.

Com a morte de Roosevelt, Harry S. Truman assumiu a presidência dos Estados Unidos e com ele houve uma mudança de comportamento da política externa do seu país, baseada nos valores religiosos e preceitos excepcionalistas, além disso, via a necessidade de enrijecer a política estadunidense perante os soviéticos. Nesse trecho a seguir da obra de Henry Kissinger, vemos essa ideia dos princípios de Truman em seu discurso no dia da marinha em 27 de outubro de 1945:

A política externa americana, reflexo dos valores morais da nação, “baseava-se solidamente nos princípios fundamentais da integridade e da justiça”, e na recusa em “ceder ao mal”. Invocando a equalização tradicional da moralidade pública com a moral privada, Truman prometeu: “Não abrandaremos nosso esforço em trazer a Regra de Ouro, o preceito áureo do evangelho, para as questões internacionais”. (KISSINGER, 1994, p. 395)

Kissinger ponderou também que, com o anúncio da doutrina Truman a política externa estadunidenses daria apoio às nações livres, que resistissem às tentativas de golpe por minorias armadas ou pressões externas, vulgo soviéticas (KISSINGER 1994). Para os estadunidenses os soviéticos não cumpriam os acordos estipulados em tratados anteriores e por isso, era necessário adotar políticas de contenção rigorosas perante os soviéticos.

Outro marco do governo Truman, foi o plano Marshall nome dado em homenagem ao seu criador, o ex-secretário de Estado dos Estados Unidos George Marshall, e que tinha como objetivo:

O Plano Marshall, de forma mais específica, previa a concessão de empréstimos a juros baixos aos governos europeus, para que adquirissem mercadorias dos Estados Unidos. Os países que aceitavam o Plano deveriam, em contrapartida, abrir suas economias aos investimentos estadunidenses. Assim, além de permitir a manutenção do nível de produção conseguido com a guerra, serviria como estímulo aos negócios privados e ao crescimento econômico dos EUA. Nesse tocante, as grandes empresas exportadoras norte-americanas deram suporte à massiva ajuda fornecida aos europeus, com vistas a estimular reformas financeiras e investimentos econômicos internacionais (MACGLADE, 2001, p. 186).

Esses programas econômicos do pós-guerra, tiveram não só motivos econômicos como políticos também, com o crescimento dos partidos comunistas, principalmente em Itália e França. Realizar esses investimentos prevenia a ascensão comunista na Europa ocidental (KARNAL, 2010)

O fim da Segunda Guerra mundial, o mundo bipolar e com dois líderes de governo enrijecendo suas políticas com medo de estar perdendo espaço no cenário global e assim disputando regiões no mundo, como ressalta Karnal nessa passagem:

A Guerra Fria continuou nos anos 1960 e 1970 e os EUA nela atuaram por meio de apoio militar, financeiro e político a governos anticomunistas ou de intervenções diretas. Colaboraram, por exemplo, com os golpes militares no Brasil em 1964, no Chile em 1973, no Uruguai em 1974, na Argentina em 1976, na Indonésia em 1965, no Congo em 1963, todos sustentados por uma repressão brutal das oposições e constantes violações de direitos humanos (KARNAL, 2010, p. 224)

Além das disputas e financiamentos no sul global a conquista da Europa (que ficara dividida em zonas de influências soviéticas e estadunidense), como se tivessem num tabuleiro de xadrez, foram os marcos propulsores da guerra fria. Movimentos esse que, ditaram a política externa (e interna) dos Estados Unidos por mais de 40 anos e, podemos dizer, alguns “frutos” dessa disputa são colhidos até os dias de hoje.

1.3 A POLÍTICA DE CONTENSÃO (GUERRA DA COREIA)

Os anos de 1947 e 1948, foram de escalada para o governo dos Estados Unidos que buscava parcerias principalmente na América e Europa, como vemos:

Em 5 de junho do mesmo ano, os EUA anunciaram o Plano Marshall, implementado a partir de abril de 1948. O plano foi denunciado pelos soviéticos como um ardil estadunidense para subordinar economicamente a Europa. Em setembro de 1947, foi firmado, no Rio de Janeiro, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar), primeira aliança regional do pós-guerra. (MUNHOZ, 2020 p. 174)

As “responsabilidades mundiais” dos EUA passou a ser o mote do novo internacionalismo, de modo a atenuar a carga moral associada à ideia de destino, o sentido de missão que impregnava fortemente o discurso nacional até então. (AZEVEDO 2004)

Além do Plano Marshall, em maio de 1948 foi criada a Organização dos Estados Americanos (OEA) e no início de 1949, durante os bloqueios soviéticos em Berlim, foi criada a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Um dos autores da política de contenção era o renomado diplomata e historiador George F. Kennan, que acreditava ser o seu país o guardião da civilização ocidental. Para Kennan, não havia nenhum povo militar ou economicamente capaz de desafiar os Estados Unidos, então aconselhava ao Estado a realizar a contenção. E para ele, completa Said:

Num memorando escrito em 1948 para o Policy Planning Staff, ele aprovava a recolonização da África e também, em algo que escreveu em 1971, o apartheid (mas não seus excessos), se bem que desaprovasse a intervenção americana no Vietnã e, de modo geral, “uma espécie puramente americana de sistema imperial formal” ele não tinha qualquer dúvida de que a Europa e os Estados Unidos estavam em posição única para comandar o mundo, opinião que o fazia considerar seu próprio país como uma espécie de “adolescente” crescendo para ocupar o papel outrora desempenhado pelo império britânico (SAID, 1994, p.436)

Kissinger posicionou que “A Aliança Atlântica era a proteção militar contra a expansão soviética, enquanto o plano Marshall fortalecia a Europa Ocidental econômica e socialmente.” (KISSINGER, 1994, p. 431). Sendo assim, a contenção funcionava até aquele ponto, já que não haviam conflitos armados diretamente entre as potências, “apenas” buscas por zonas de influência.

Até os anos 50, pouca ou nenhuma atenção fora dada pelos Estados Unidos para a Ásia, entretanto:

Em 25 de junho daquele ano, forças norte-coreanas cruzaram a fronteira da Coreia do Sul e iniciaram a ocupação do seu território. Em resposta, os EUA conseguiram a aprovação no Conselho de Segurança da ONU do envio de

tropas da organização, sob o seu comando, e assim houve a expansão do conflito na península da Coreia. (MUNHOZ, 2020, p. 178)

Os Estados Unidos conseguiram o aval do conselho de segurança da ONU, porque como Kissinger explica: “O embaixador soviético nas Nações Unidas, havia meses, vinha boicotando pela ausência o conselho de segurança e outras instituições da ONU.” Kissinger (1994, p. 434) e assim, obtiveram somente votos a favor a invasão estadunidense na Coreia.

Não comparecendo à sessão e não vetando, o embaixador soviético deixou Truman organizar a resistência como decisão da comunidade mundial, justificando o papel americano na Coreia nos conhecidos termos Wilsonianos de liberdade versus ditadura, do bem contra o mal. Truman disse que os Estados Unidos iam à guerra cumprindo ordens do conselho de segurança. (KISSINGER, 1994, p. 434)

“Mesmo que inicialmente o secretário de defesa Dean Acheson ter dito publicamente que a coreia do sul estava fora do perímetro de defesa dos Estados Unidos, e com a Europa recuperando-se da segunda guerra mundial graças as ajudas do plano Marshall.” (SANDLER, 2003. p. 17, tradução livre).

Percebendo que os sul-coreanos não conseguiriam sustentar tal guerra sozinhos o General McArthur com a autorização do presidente ordenou uma invasão da força tarefa Smith (em homenagem ao Coronel Charles B. Smith). O objetivo principal era que a Smith bloqueasse a principal estrada sul para o porto de Pusan, e assim manter um porto a salvo para desembarque de tropas e equipamentos. Inicialmente a Guerra da Coreia foi uma Guerra por procuração, ou seja, cada lado que lutava, tinha o apoio de uma das superpotências. Ela foi importante para que o Congresso dos Estados Unidos conseguisse aprovação do aumento de seu orçamento militar. (KARNAL, 2010)

Stalin, estava relutante em se envolver diretamente no conflito com os Estados Unidos, por isso, pressionava os chineses para entrar na guerra. Quando os chineses continuaram a resistência na guerra da Coréia e com o Norte. Na visão de Stálin, mesmo um número limitado de chineses na Coréia, obrigaria os Estados Unidos a concluir os termos de paz. Em 14 de outubro, Stálin recebe uma carta do Comitê chinês informando que os Estados Unidos avançaram ao nordeste, invadindo a Manchúria, assim eles se viam obrigados a entrar na guerra. (SANDLER, 2003, tradução livre).

Após a invasão estadunidense na Manchúria, houve uma contra investida chinesa, o que obrigou os Estados Unidos a pedir um armistício, nas palavras de Kissinger:

Durante a pausa, os comunistas fortificaram-se em posições praticamente inexpugnáveis, num terreno agreste e montanhoso, inutilizando gradualmente a ameaça americana de prosseguir com as hostilidades. Isso conduziu a uma prolongada guerra de atrito, só interrompida porque se formou um doloroso equilíbrio entre as limitações físicas da China e as inibições psicológicas dos Estados Unidos. (1994, p. 445)

O resultado da Guerra foram, três anos de inúmeras baixas para os Estados Unidos (aproximadamente 140 mil soldados, três vezes mais que o número de norte-coreanos e chineses. Milhões de civis mortos, e com a mesma divisão territorial de antes da Guerra (KARNAL, 2010). Para o governo Truman, a Guerra da Coreia foi um pesadelo, por ser uma guerra grande demais para seus objetivos políticos e pequena demais para sua doutrina estratégica” (KISSINGER, 1994).

1.4 CRISE DE SUEZ, CORRIDA ESPACIAL, DIVISÃO DE BERLIM E A CRISE DOS MÍSSEIS

A mentalidade do governo de Eisenhower a priori era simples, eles negociariam com os soviéticos, contanto, que esses mudassem seu sistema e sua forma de pensar, Kissinger relata que “John Foster Dulles, entendia o conflito Leste-Oeste como questão moral e buscou evitar negociações sobre quase todos os assuntos, até que houvesse a mudança básica no sistema soviético” (KISSINGER, 1994, p. 462).

Quando Stalin morreu, pouco depois de Eisenhower eleger-se presidente, Churchill advogou negociar com o novo líder soviético. Eisenhower, no entanto, foi tão infenso quanto seu antecessor à ideia de Churchill de retomar conversações com os soviéticos. Reagindo à abertura de Malenkov, de 17 de março de 1953, Churchill instou Eisenhower, em 5 de abril, a não perder a chance de “ver até onde o regime Malenkov irá na distensão, em todos os sentidos”. A resposta de Eisenhower foi pedir a Churchill que esperasse a declaração política que ele faria à associação de diretores de jornais, no dia 16 de abril, a qual, na realidade, rejeitou a premissa de Churchill. Disse Eisenhower que as causas da tensão eram tão sabidas quanto seus remédios: um armistício coreano, um tratado do estado austríaco e “um fim aos ataques diretos e indiretos à segurança da Indochina e da Malásia”. (KISSINGER, 1994, p. 463).

Stalin nunca se interessou em intervir diretamente no Oriente médio, com receio de que qualquer ação soviética naquela região pudesse irritar os imperialistas estadunidenses e ingleses. Vale observar que a venda de armamentos para aquela região partia dos tchecos. Qualquer ação da União soviética naquela região, atingiria em cheio o ego inglês, que mantinha um legado imperialista forte naqueles países. (KISSINGER, 1994)

No século XX, o canal de Suez tornara-se a principal artéria de suprimento de petróleo à Europa Ocidental. Mesmo enfraquecida após a segunda guerra Mundial, a Inglaterra tinha-se como a grande potência do Oriente Médio, com seu senhorio apoiado em dois pilares: o Irã, que fornecia petróleo por meio de uma empresa anglo-iraniana; e o Egito, que servia de base estratégica. (KISSINGER, 1994, p. 476)

Em 1952, a posição militar da Inglaterra no Egito desmoronava. Um grupo de oficiais jovens, no espírito nacionalista e anticolonialista que se espalhava pela região, depôs o corrupto rei Farouk. A figura principal era o coronel Abdel Nasser. Forte personalidade, de charme considerável, Nasser tornou-se figura carismática ao apelar para o nacionalismo árabe. O aparecimento de Nasser trouxe à tona o conflito latente entre os Estados Unidos e seus principais aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na questão do colonialismo. Os Estados Unidos

foram levados ao Oriente Médio pela política de contenção, que exigia oposição ao expansionismo soviético em toda parte, pela doutrina da segurança coletiva, que encorajava a criação de instituições do tipo OTAN, para resistência a ameaças militares potenciais ou reais. (KISSINGER, 1994).

Esse foi o início das missões estadunidenses no Oriente Médio, primeiro levado à região para defender sua política de contenção à União Soviética, depois com interesses petrolíferos, e por fim, para tentar concertar todos aqueles investimentos realizados em grupos paramilitares que tentariam derrubar os governos em vigência. Hoje alguns dos grupos terroristas mais conhecidos e temidos pela maioria dos Estados, por um breve momento na história já foram aliados dos Estados Unidos, sendo treinados e bancados para defender seus interesses no Oriente Médio.

Kissinger, grande defensor da política externa estadunidense, prefere tratar esse episódio como:

“Apesar de toda dor causada, a crise de Suez marcou a ascensão americana à liderança mundial. Com um suspiro de alívio, os Estados Unidos aproveitaram-se do episódio de Suez para desvincular-se de aliados que sempre consideraram culpados da praga da Realpolitik e da devoção doentia ao equilíbrio de poder. Mas, sendo a vida como é, os Estados Unidos não saíram ilesos. Suez veio a ser a iniciação americana às realidades do poder global, e uma das lições foi que o vácuo sempre é preenchido, a questão não é saber se o será, mas por quem.” (KISSINGER, 1994, p. 500)

Enquanto isso na Europa, a política externa americana atuava de forma diferente, a ideia de John Foster Dulles era incitar rebeliões em países dominados e descontentes com a gestão dos soviéticos. A Rádio Europa Livre e a Rádio liberdade, estimulavam sentimento de revolta, em tese, não era uma política oficial estadunidense, porém, atualmente se sabe que essas instituições eram financiadas pelo governo e que causou grandes dificuldades para os soviéticos principalmente na Polônia e na Hungria. Em pronunciamentos oficiais o presidente Eisenhower parecia desconhecer tal política, como mostra Kissinger:

Sobre a Hungria, Eisenhower enfatizou que, embora os Estados Unidos esperassem o fim da dominação soviética da Europa Oriental, “não poderíamos, obviamente, conduzir essa política recorrendo a força”. Isso seria “contrário aos melhores interesses dos povos europeus orientais e aos princípios compulsórios da ONU”, uma verdade que, evidentemente, escapara aos soldados da liberdade e à Rádio Europa Livre, que naquele momento imploravam por ajuda americana. Enquanto isso, prosseguiu Eisenhower, ele tentara “remover apreensões falsas de que consideraríamos os novos governos nestes países europeus orientais como aliados militares em potencial. Não temos esses objetivos ocultos. Vamos

esses povos como amigos, e apenas os queremos amigos livres". (1994, p. 515)

E ainda assume que "a política americana em relação a Hungria foi, de fato, fraca; em termos de seus interesses, a recusa ao risco de uma guerra foi inevitável e apropriada – embora não explique a relutância em elevar, por meios não militares, o curso da intervenção soviética." Kissinger (1994, p.518)

Os anos 50 sem dúvida foram uns dos mais agitados, não só da Guerra Fria, mas da política externa e interna dos Estados Unidos como um todo, como se não bastasse a crise de Suez que os estadunidenses assumiram, de certa forma para honrar sua "amizade" com os ingleses, se somaram suas campanhas anticomunismo no leste Europeu. Em 1957 a União Soviética deu início corrida de conquista espacial, e como consequência, uma corrida tecnológica.

Quando, em outubro de 1957, os soviéticos puseram em órbita terrestre um satélite artificial, o Sputnik, Kruschev saudou o feito como prova de que a União Soviética superava as democracias nas áreas científica e militar. Mesmo no Ocidente, a ideia de que um sistema planejado poderia mesmo ser superior a uma economia de mercado começava a ganhar curso. (KISSINGER, 1994, p. 523)

Ao ver tal feito do governo soviético, Charles Wilson, o então secretário de defesa dos EUA, que estava na agência de mísseis balísticos do exército no exato momento em que Sputnik havia sido lançado, quis saber em quanto tempo eles conseguiriam realizar um feito similar, a resposta de seus comandados foi de aproximadamente noventa dias. Mas o que mais chama atenção, além do curto tempo em que prometeram realizar o lançamento era que, aqueles engenheiros capazes de realizar tal feito para os EUA, eram alemães que haviam trabalhado no programa do foguete V-2 de Hitler. Em 1957, quase todos já haviam se naturalizado estadunidenses, e se sentiam empolgados em poder "competir" novamente com os soviéticos e igualá-los no espaço. No ano de 1958, era lançado o Explorer 1 o primeiro satélite terrestre lançado ao espaço e em julho deste mesmo ano, foi criada a Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço a NASA. (CROMPTON, 2007, tradução livre).

Esses acontecimentos deram uma sensação de atraso aos Estados Unidos e a seu secretário John Foster Dulles, a ideia de criação de uma "política de retaliação maciça", fora de controle, o "brilhante" secretário de Estado queria dissuadir os soviéticos, e para isso, deveriam ameaçá-los com armas de sua escolha, porém, felizmente (para a humanidade) a União Soviética àquela altura já produzira suas

próprias armas nucleares e mísseis estratégicos. A credibilidade dessa política e de seu criador evaporou com certa rapidez (KISSINGER, 1994, p.526).

Para finalizar a conturbada e tecnológica década de 50, um dos maiores símbolos da guerra fria foi construído, (simbolicamente falando sua queda está atrelada ao fim da União Soviética, mais do que propriamente por uma ação de política externa estadunidense) o muro de Berlim. Sua construção se deu por conta da crise de Berlim, que teve seu início em 1959.

No início da crise de Berlim, Eisenhower achou mais importante acalmar o público americano que assustar os líderes soviéticos. Em coletiva à imprensa, dias 18 de fevereiro e 11 de março de 1959, ele fez uma série de sugestões para reduzir a ameaça nuclear subjacente à estratégia americana. “Certamente não vamos ter uma guerra terrestre na Europa”, afirmou ele, e pôs especificamente a defesa de Berlim nessa categoria. Era pouco provável, declarou, que os Estados Unidos “fossem abrir caminho para Berlim a tiros”. A fim de não deixar nenhuma brecha, ele excluiu também a defesa de Berlim com armas nucleares: “Não vejo como se liberte alguma coisa com armas nucleares”. Estas declarações certamente transmitiram a imprensa de que a vontade americana de arriscar uma guerra por Berlim era bem pouco (KISSINGER, 1994, p. 527)

Em 10 de janeiro de 1959, Krushev submeteu às outras três potências ocupantes a primeira versão de um tratado de paz que definia o novo status de Berlim e da Alemanha Oriental.

Krushev sabia que a maior esperança de forçar os Estados Unidos a negociar alguma concessão a favor de Berlim Oriental era aumentar a pressão sobre os aliados da América na Europa, suas tentativas foram tão rudes que por alguns foram consideradas cômicas. Por exemplo, em julho de 1961 disse ao embaixador britânico em Moscou que bastariam seis bombas de hidrogênio soviéticas para destruir o Reino Unido. Esses atos e outras ações de ataques diplomáticos de Krushev, deixava claro um desespero do líder soviético perante a situação de Berlim oriental e suas constantes baixas da população para o ocidente e ficaram conhecidos como os ultimatos de Krushev (TOMPSON, 1997, tradução livre)

Em janeiro de 1961 John F. Kennedy assumiu a presidência dos Estados Unidos, e embora procurasse matizar o discurso excepcionalista, dando-lhe um tom mais pragmático no âmbito internacional, mantinha o etnocentrismo, na tentativa de exportação de construção nacional, sem considerar a personalidade e impulso próprio das sociedades a serem “americanizadas” (AZEVEDO, 2004). No meio desse rodameiro de acontecimentos, o presidente JFK iniciou seu governo recebendo um duro golpe na Baía dos Porcos em Cuba. John F Kennedy que aliás

era um líder crente na ideia do excepcionalismo estadunidense baseado nos ideais iluministas, segundo Nye (2019) Kennedy acreditava que os Estados Unidos possuíam um “poder mágico” de libertar as pessoas e tornar as nações independentes.

A poucos quilômetros do Estado da Flórida, um país causou enorme dor de cabeça aos Estados Unidos e seus formadores de política Externa, Cuba era uma ilha que passava por um processo de revolução. O líder cubano Fidel Castro, entre os anos de 1960 e 1961 decidiu cortar relações econômicas com os Estados Unidos, e aproximou-se da União Soviética, assinando inúmeros acordos comerciais com os soviéticos. Isso porquê o governo Eisenhower implementou vários embargos aos bens cubanos. Em 17 de abril de 1961, o governo Kennedy configurou uma ofensiva contra os cubanos, o que resultou em mais de mil invasores capturados ou mortos, essa atitude dos Estados Unidos piorou ainda mais as já tensas relações entre os dois países, no ano seguinte, Castro permitiu que a União Soviética instalasse missões nucleares em seu território, agravando ainda mais a crise (KARNAL, 2010)

Voltando a atenção para guerra fria.

Quando John F. Kennedy assumiu a presidência, quase três anos haviam se passado desde o primeiro ultimato de Krushev. O passar do tempo reduzira progressivamente a credibilidade de sua ameaça, como também a sensação global de perigo. Quando a questão de Berlim parecia estar se acalmando, a fracassada tentativa do governo Kennedy de derrubar Castro, na Baía dos Porcos, e sua indecisão quanto ao Laos, aparentemente convenceram Krushev de que Kennedy era mais fácil de ser intimidado. Num encontro da cúpula com Kennedy em Viena, no início de junho de 1961, Krushev restabeleceu o prazo final de seis meses, abrindo um dos períodos mais intensos de confrontação de toda a guerra fria. (KISSINGER, 1994, p. 535).

No dia 13 de agosto de 1961, pode se dizer que os berlinenses ocidentais acordaram aprisionados. Com arames farpados, serpentinas e militares soviéticos, a Berlim ocupada pelas potências ocidentais foi cercada, famílias foram separadas e assim começou a construção de um muro, que manteria dividindo os alemães por longos 28 anos.

Kennedy logo viu que a construção do muro não se enquadrava na definição americana de agressão e decidiu não a contestar militarmente. A linha americana de não dar importância à construção do muro ficou ostensiva quando, no próprio dia em que este foi inicialmente levantado, Kennedy foi velejar e o secretário de estado Rusk foi a um jogo de beisebol. Não houve um clima de crise em Washington. (KISSINGER, 1994, p. 537).

Além dos atritos com a União Soviética em solos alemães, os conflitos entre as duas superpotências continuaram em solos cubanos, após a fracassada invasão a

Baía dos porcos, a aproximação entre as duas nações comunistas permitiu a Krushev colocar missões de alcance intermediário naquele país insular localizado no mar do caribe. Isso daria um enorme poder de barganha em possíveis confrontos futuros. (Kissinger, 1994)

Em outubro de 1962, o mundo estava à beira de uma guerra nuclear, que só não ocorreu porque os líderes das duas superpotências, Kennedy e Krushev chegaram a um consenso. Com a garantia de que os EUA não invadiriam mais Cuba, os soviéticos tirariam seus mísseis do país (A CIA ainda tentou por inúmeras vezes assassinar Castro após esse episódio) (KARNAL, 2010)

1.5 VIETNÃ

Vendo que todos os projetos nos quais até então haviam se envolvido estavam dando certo, os Estados Unidos resolveram lançar um programa de assistência a todo o restante do mundo. onde eles levariam suas crenças e sua tão exaltada democracia. Os países sob sua custódia gozariam de paz e prosperidade (KISSINGER 1994)

Na caldeira do Vietnã, o excepcionalismo americano virou contra si mesmo. A sociedade americana não debateu, como outras poderiam ter feito, as deficiências práticas da sua política e sim a validade de qualquer papel internacional. Foi esse o aspecto do debate do Vietnã que abriu feridas muito dolorosas e de difícil cicatrização. (KISSINGER, 1994, p. 573)

E foi assim, com essa soberba característica dos estadunidenses que eles lançaram sua campanha para salvar o Vietnã do Sul, das “garras” comunistas.

Em seu discurso de posse, em 20 de janeiro de 1949, Truman comprometeu grandiosamente o país com o objetivo de um mundo em que “todas as nações e todos os povos sejam livres para se governarem como melhor lhes convier [...]”. nenhum interesse puramente nacional estaria em vista: “Não buscamos território. Não impusemos nossa vontade a ninguém. Não pedimos privilégio que não déssemos aos outros”. Os EUA iam “reforçar as nações amantes de liberdade contra os perigos da agressão”, dando “assessoria militar e equipamento às nações livres que cooperarem conosco na manutenção da paz e da segurança”. A liberdade de cada nação independente se tornara o objetivo nacional, sem levar em consideração sua importância estratégica para os Estados Unidos” (KISSINGER, 1994. p. 574)

Para ser mais específico os Estados Unidos tinha receio ou pelo menos era isso que divulgavam, que perder a Indochina, seria sinônimo de perder uma zona importante na disputa geopolítica e assim “em 1950, o governo Truman concluíra que a segurança do mundo livre exigia que a Indochina ficasse fora das mãos comunistas” (Kissinger 1994).

Sem poder ir à guerra inicialmente, já que, as forças armadas americanas estavam ocupadas entre compromissos com a Otan e na Coreia, os estadunidenses contavam com o apoio da resistência do exército francês. Infortunadamente, Dulles não pode impedir o Vietnã do Norte de se tornar comunista, mas ainda havia esperança de salvar o Sul (KISSINGER, 1994, p.578, 588).

E como a própria história nos conta, os Estados Unidos não mediu esforços para tentar derrotar os Norte-vietnamitas, tanto que:

Ao fim do governo Eisenhower, os Estados Unidos haviam dado ao Vietnã do Sul mais de US\$ 1 bilhão em auxílio; havia 1.500 funcionários americanos no Vietnã do Sul; a embaixada americana em Saigon era uma das maiores do mundo. o grupo consultivo Militar dos Estados Unidos, com 692 membros, ignorava o limite para o número de militares estrangeiros estabelecidos pelos Acordos de Genebra. (KISSINGER, 1994, p. 590).

As duras penas os Estados Unidos descobriram, que sua democracia não era exportável. Diferentemente do ocidente, a cultura e o “american way of life” é algo a ser buscado, no Vietnã, as coisas eram diferentes a resistência lutava pelo seu país e por suas crenças. Além disso, a Guerra do Vietnã deu início a um abalo interno muito grande, ao mesmo tempo que o país se comprometia externamente com uma guerra sangrenta e de muita tensão nuclear que, desesperadamente tentava conter o comunismo. no âmbito interno, alguns problemas sociais como o racismo, direitos civis, liberdade sexual e cultural (KARNAL, 2010) se chocavam com o tradicionalismo excepcional e questionavam as lideranças do país.

Outro fator que foi crucial, o exército americano não estava acostumado a enfrentar guerrilhas. Eles eram treinados para enfrentar outros exércitos, porém, os Norte-vietnamitas, estavam entre os civis, conheciam o terreno mais que qualquer bom soldado estadunidense.

Do momento em que chegou ao Vietnã, a tropa americana começou a aplicar seu método familiar de combate: o atrito sustentado pelo poder do fogo, a mecanização e a mobilidade. Métodos, todos, inaplicáveis no Vietnã. O exército sul-vietnamita, treinado pelos americanos, logo caiu na mesma armadilha que a força expedicionária da França, uma década antes. O atrito funciona com um adversário que não tem escolha senão defender um ponto vital. Guerrilhas raramente têm um ponto vital que defender. A mecanização e a organização em divisões tornaram o exército vietnamita quase irrelevante na luta por seu próprio país. (KISSINGER, 1994, p. 592).

A Guerra dividiu não só a Indochina, mas como os Estados Unidos, internamente o país estava um caos, entre aqueles que queriam manter os exércitos estadunidenses na luta até a vitória e os que queriam apenas a paz e ter seus filhos, amigos e irmãos de volta. E essa foi uma herança ‘maldita” passada de presidente para presidente, até o fim da guerra.

O governo Kennedy embarcou no atoleiro vietnamita em maio de 1961, com uma missão do vice-presidente Johnson a Saigon, a fim de “avaliar” a situação. Tais missões indicam, quase sempre, que a decisão já foi tomada. Vice-presidente nenhum está em condições de fazer um julgamento independente sobre uma guerrilha de nenhuns anos numa visita de dois ou três dias. Embora seu acesso aos papéis da inteligência e aos cabogramas diplomáticos seja geralmente amplo (dependendo do presidente), ele não tem equipes para análises extensas e para o trabalho de acompanhamento. As missões estrangeiras vice-presidenciais geralmente visam ao prestígio americano, ou dar credibilidade a decisões já tomadas. (KISSINGER, 1994, 601).

Johson relatou, na volta, que o maior perigo na Indochina não era o desafio comunista – o qual, por motivo ignorado, ele descreveu como momentâneo – mas a fome, a ignorância, a pobreza e as doenças. (KISSINGER, 1994).

Ao final de 1963, os Estados Unidos viram-se sem saída, não podiam mais postergar o envio de tropas ao Vietnã, se quisessem evitar que os comunistas tomassem a região para si, deveriam se envolver militarmente. Um dos medos de Kennedy e seu governo era que a situação da Indochina resultasse nisso, porém, seu assassinato tornou a entrada dos estadunidenses ainda mais inescapável. Johnson herdou de Kennedy uma situação extremamente difícil, e conselheiros extremamente engajados em fazer a guerra acontecer. Se antes, o presidente só precisaria rever a decisão de entrar ou não numa guerra, agora se tornará imprescindível. (KISSINGER, 1994).

O que aqueles que eram contra a guerra argumentavam era que havia, na realidade, pouca diferença entre Hanói e Saigon, o que simplesmente descartava o motivo ideológico da guerra; depois que a continuação dos EUA na guerra não era um erro pratico de julgamento, era a podridão moral na essência do sistema americano. (Kissinger, 1994). Esse pensamento dividiu não apenas os críticos de fora dos Estados Unidos, como também a própria sociedade estadunidense, causando um verdadeiro tumulto na política interna do país. A divisão também era causada também pelos frequentes massacres da população civil vietnamita, como por exemplo, a chacina de My Lai, em 1968. Aproximadamente 500 idosos, mulheres e crianças da pequena aldeia de My Lai foram mortos pelo exército dos Estados Unidos. Esse massacre foi divulgado para toda a mídia pelos próprios soldados e assim, a situação que já era completamente desfavorável, piorava cada vez mais (KARNAL, 2010).

Na situação angustiante do Vietnã, o excepcionalismo americano – a crença da aplicação universal dos valores americanos – que tão grande ímpeto dera à reconstrução de pós-guerra, começou a voltar-se contra si mesmo e a adotar uma forma moral da tática de terra arrasada. As baixas aumentavam, a crítica à política externa americana passou da descrença na eficácia da política à dúvida de sua necessidade – do ataque ao valor do aliado vietnamita dos americanos ao insulto à valia dos EUA, não só no Vietnã, mas no mundo todo. (KISSINGER, 1994, p. 619).

Cabia então, ao presidente eleito Richard Nixon pensar numa retirada dos Estados Unidos da guerra, sem que a situação ficasse ainda mais vergonhosa para o seu país. “Desde o início, Nixon compreendeu que o destino lhe concedera a missão ingrata de organizar um recuo e algum tipo de saída de um conflito desmoralizante” Kissinger (1994, p. 627). A pressão interna sofrida pelo governo já

era quase que insustentável, os principais intelectuais e importantes pessoas do país protestavam constantemente.

Porém, os EUA não poderiam simplesmente virar as costas e sair do Vietnã, afinal, o exército sul-vietnamita e sua população ainda dependiam do apoio dos combatentes estadunidenses, então foi negociado (por três longos anos e de forma formal e informal) um acordo de paz. “Assinado em 1973 o acordo de paz de Paris haviam livrado os Estados Unidos do conflito militar no Vietnã, mas as esperanças do Vietnã do Sul dependiam do apoio americano” Kissinger (1994, p. 647). O congresso dos Estados Unidos, decidiu ainda, cortar totalmente a ajuda humanitária ao Vietnã do Sul.

O idealismo americano, grande inspiração da ordem mundial do pós-guerra, derrotara-se com suas próprias armas. Quatro presidentes haviam definido o Vietnã como vital para a segurança americana. Dois presidentes de partidos diferentes haviam identificado a honra dos EUA com o não abandono daqueles que haviam confiado nos pronunciamentos americanos. Nixon venceu as eleições de 1972 com uma vitória esmagadora defendendo exatamente essas ideias. No clássico estilo americano, ambos os lados do debate sobre o Vietnã viam seus objetivos em termos de moral absoluta e nunca acharam a forma de diminuir a distância entre eles. (KISSINGER, 1994, p. 647).

Sem dúvida a aventura dos Estados Unidos no Vietnã teve um preço alto, e não só financeiro, mas também em relação às vidas perdidas, à sua capacidade militar passara a ser contestada e seus princípios de “salvadores das nações” era questionado até pelos próprios estadunidenses. “O idealismo wilsoniano não permitiu a diferenciação cultural, e a teoria da segurança coletiva sustentava que, sendo a segurança indivisível, o tecido de toda a ordem internacional se desfaria até mesmo se apenas um fio fosse puxado.” Kissinger (1994, p. 649). E ressalta que um dos maiores defensores e realizadores da política externa dos Estado Unidos:

Durante a maior parte de sua história, o excepcionalismo americano proclamara uma superioridade moral que era sustentada pela abundância material da nação. Mas no Vietnã, os EUA entraram numa guerra que se tornou moralmente ambígua e na qual a superioridade material americana foi, em boa parte, inútil. (KISSINGER, 1994, p. 651)

Com a moral devastada após o Vietnã, os Estados Unidos deveriam agora reavaliar o seu papel no mundo e encontrar uma forma de abordagem onde poderia continuar ganhando adeptos, mas sem tanta interferência nos demais países. Nixon era um excelente diplomata, por assim dizer, nenhum outro presidente pós segunda guerra mundial até então viajou tanto para o exterior ou tinha tanto conhecimento nas questões internacionais. Internamente sua administração sofria uma distorção

causada por sua ambição e insegurança, mas na política externa ele possuía uma enorme intuição e capacidade de defesa dos interesses americanos. Os Estados Unidos se manteriam forte no cenário internacional, pois, mesmo que derrotados no Vietnã continuavam sendo a maior potência ocidental, entretanto, não podiam manter o intervencionismo irresponsável. Distinguir entre o que era útil e o que era indispensável regeria a política externa estadunidense (a história nos mostrou que esse pensamento não perduraria por muito tempo) (KISSINGER, 1994)

1.6 ORIENTE MÉDIO

A história da política externa dos Estados Unidos é fortemente ligada a parcerias com países não democráticos, essas ligações eram feitas para promover o interesse nacional, como por exemplo, na Arabia Saudita que até os dias de hoje se mantem como um importante aliado dos Estados Unidos (STUENKEL, 2018).

Além da União soviética, com quem os Estados Unidos negociaram uma série de acordos sobre armas nucleares nos anos 1970, a região mais importante para a política externa do país era o Oriente Médio (KARNAL, 2010). No qual os estadunidenses acreditavam que eram:

A chave da paz no Oriente Médio, portanto, estava em Washington, não em Moscou. Se os Estados Unidos jogassem bem suas cartas, a União Soviética seria obrigada a contribuir para uma solução correta ou um dos seus clientes árabes voltaria as costas aos soviéticos e iria em direção aos Estados Unidos. Em qualquer dos casos, a influência soviética entre os estados árabes radicais seria reduzida. Essa foi a razão por que, no início do primeiro mandato de Nixon, senti-me seguro para dizer a um jornalista que o novo governo tentaria eliminar a influência soviética do Oriente Médio. Embora essa descuidada observação criasse furor, ela descreveu com precisão a estratégia que o governo Nixon estava por executar. (KISSINGER, 1994, p. 687).

Uma coisa é certa, até os dias atuais, os próprios estadunidenses acreditam nessa narrativa, que só eles são capazes de libertar o Oriente Médio do mal. Às vezes, um mal, que eles mesmos criaram.

Os Estados Unidos conseguiram estabelecer hegemonia no Oriente Médio através desses Estados clientelistas nos anos 1960, mas a custo de aprofundar antagonismos entre povos e Estados que explodiram em várias guerras ao longo dos anos 1960 e 1970, plantando as sementes de tensão e ódio contra suas políticas entre a população muçulmana mundial. (KARNAL, 2010, p. 225).

Ao tentar acabar com o apoio militar soviético nos movimentos árabes e assumir o compromisso em “criar a paz” no Oriente Médio, os EUA voltaram-se para região. É de certa forma engraçado, como Kissinger coloca o papel dos Estados Unidos como sendo vital na região, e como eles eram “esnobados” pelos países:

Até então, os Estados Unidos tiveram de trilhar um caminho acidentado. Em 1969, o secretário Rogers apresentou um plano – que depois recebeu seu nome -, que endossava as fronteiras de 1967 de Israel com algumas retificações “menores”, em troca de um acordo amplo de paz. O plano teve o destino habitual das iniciativas tomadas antes que a realidade houvesse mudado, Israel rejeitou-o, recusando-se a aceitar o delineamento das fronteiras; os países árabes rejeitaram-no por que não estavam preparados para assumir um compromisso com a paz (por mais vago que isso pudesse ser). (KISSINGER, 1994, p.688)

Sem dúvida os anos 70 foram agitados no Oriente médio, com conflitos militares no canal de Suez, entre Egito e Israel. Entre a Jordânia e a Organização

para a Libertação da Palestina (OLP); entre Síria e Jordânia que teve apoio de Israel. E é obvio, que os Estados Unidos não ficariam de fora apenas assistindo, “Os Estados Unidos reforçaram maciçamente suas forças navais no Mediterrâneo e deixaram claro que não tolerariam quaisquer intervenções externas” Kissinger (1994 p. 688). Ao tentar evitar a presença soviética no Oriente Médio, os Estados Unidos se tornaram os principais intermediários da diplomacia na região.

A estratégia americana baseava-se na ideia de que a União Soviética precisava chegar à escolha de separar-se dos seus clientes árabes radicais ou aceitar a redução de sua influência. No final, essa estratégia cortou a influência soviética e deixou os Estados Unidos centrais na diplomacia do Oriente Médio. (KISSINGER 1994, p.690)

O boicote dos produtores de petróleo em resposta à intervenção dos Estados Unidos na Guerra, expos uma fragilidade do país vinculada a dependência em relação aos recursos naturais do golfo. A recessão de 1974 e 1975 foi só o primeiro choque econômico entre as duas regiões (KARNAL, 2010).

Durante o período de conflitos no Oriente Médio, governo estadunidense mante regularmente o diálogo com o Kremlin, para que nenhuma das duas nações agissem por impulso. Esse ato dos dois governos, uma “pausa” nos atritos, é chamado de détente, e permitiu que a situação no sistema internacional se acalma-se, e colocou a União Soviética na periferia da diplomacia do Oriente Médio (KISSINGER, 1994)

No sistema americano, o presidente é a única figura eleita nacionalmente; é também o centro definidor dos objetivos nacionais. Outras instituições podem pronunciar-se sobre política externa, mas só o presidente executa políticas ao longo de um período extenso. O congresso, corpo legislativo, tende a fragmentar questões em uma série de opiniões individuais que tenta, então, conciliar por concessões recíprocas. (KISSINGER, 1994)

Hoje vemos que o fruto dessas intervenções dos Estados Unidos, ainda são colhidas as duras penas. Após perder importantes territórios de influência no Oriente Médio, como o Irã após a revolução popular de 1979 e a tomada do Afeganistão pela União Soviética no mesmo ano, a CIA iniciou a maior guerra secreta da história. No Afeganistão, os agentes estadunidenses recrutaram fundamentalistas islâmicos dos grupos Talibã e Al-Qaeda para lutar contra a União Soviética. Eles obtiveram sucesso contra os comunistas e conseguiram estabelecer seus regimes religiosos antidemocráticos que até hoje assombram os Estados Unidos (KARNAL, 2010).

O governo Reagan assumiu o poder declarando que a guerra contra o terrorismo internacional seria o cerne da política externa. De fato, essa guerra foi o cerne da política exterior estadunidense. Curiosamente, o governo Reagan reagiu à praga do terror, “disseminada por opositores depravados da própria civilização”, criando uma extraordinária rede terrorista internacional, de abrangência inaudita, que levou a cabo incontáveis atrocidades em todo o mundo. (CHOMSKY, 2001)

1. 7 FIM DA GUERRA FRIA

Nixon queria melhorar as relações com os soviéticos em todas as áreas de cooperação, sem haver distinção seletiva. Essa política começou a dar certo, quando os Estados Unidos se aproximaram da China e isso preocupava os Soviéticos, basicamente, quando o governo estadunidense se abre para fazer negócios com a nação mais populosa do mundo, era menos um possível aliado para os soviéticos, que passaram a agir de forma mais cautelosa. (KISSINGER, 1994)

A intenção dos Estados Unidos mais especificamente da política externa do governo Nixon em negociar com os chineses, marcava o retorno do país à Realpolitik, ou seja, não interessa com quem estou negociando, mas se eu terei ganhos relativos com essa negociação, e isso, os Estados Unidos com certeza teriam. De um lado, os chineses queriam ter certeza que os Estados Unidos não apoiariam o estadista soviético Leonid Brejnev, do outro, Nixon queria que a China cooperasse para impedir uma ofensiva soviética. Com os objetivos entre os países de certa forma alinhados, era hora de colocar a diplomacia em prática. (KISSINGER, 1994)

Nixon deu aos Estados Unidos uma nova cara na política externa, aumentou seu pragmatismo e tentou melhorar a imagem estadunidense em todo o mundo. Pode ser dizer que daí em diante, a política externa dos Estados Unidos manteve-se igual, sempre em busca dos interesses nacionais

Em sua nova abordagem da política externa, os Estados Unidos não estavam dispostos a apoiar o mais forte contra o mais fraco, em qualquer situação de equilíbrio de poder. Como país com maior capacidade física para perpetuar a paz, a União soviética seria induzida a abafar crises existentes e a não provocar novas convulsões, diante da ameaça em duas frentes. E a China, que tinha sua própria capacidade de abalar o equilíbrio asiático, seria contida pela necessidade da boa vontade americana, para pôr limites no aventureirismo soviético. No meio disso Nixon tentaria solucionar questões práticas com a União Soviética, enquanto dialogasse sobre conceitos globais com os chineses. (Kissinger, 1994, p. 680)

O fim da Guerra do Vietnã, a redução da influência soviética no Oriente Médio e início de um processo de paz árabe-israelense, a conferencia Europeia de segurança, foram eventos que contribuíram para uma relativa estrutura de paz no Sistema Internacional, e isso é mérito total de Nixon e seus comandados.

Porém, esse período de paz, pouco durou. Com a crise interna de Watergate, Nixon e toda sua capacidade de liderança se esvaiu.

A associação de Vietnã, Watergate e détente com URSS desestabilizou os pilares da doutrina de contenção e os sentidos de excepcionalidade e virtude norte-americanas a ela subjacentes. A contestação aberta à política

externa tradicional produziu clivagens mais profundas e a inversão de determinadas tendências e alinhamentos. O isolacionismo cresceu e o internacionalismo assumiu novas faces, influenciado pela corrente multiculturalista que se afirmava internamente. (AZEVEDO, 2004 p. 9)

Nixon foi essencial para dar uma nova cara à política externa estadunidense, tentando deixar de lado o excepcionalismo e colocando em prática uma interpretação realista da nova ordem mundial, com a diplomacia como carro chefe. Seu governo fez questão de tratar os comunistas como colaboradores para que não houvesse nenhum tipo de guerra nuclear, embora adversários em termos ideológicos. Após o Vietnã os estadunidenses precisavam de um tempo de calma, e para isso era necessário um engajamento moral no lugar de cálculos de interesses. (KISSINGER, 1994)

No final dos anos 60 e início dos 70 os Estados Unidos precisavam de um “pouco de paz” na política externa, que até então vinham de momentos conturbados como as guerras da Coreia, Vietnã, e inúmeros outras dezenas de episódios. É nesse contexto, que os governos soviético e estadunidense decidiram dar uma trégua nas tensões e, controlar ou limitar a fabricação e uso de armas nucleares. O tratado de limitação de Armas Estratégicas (SALT) foi assinado, além de acordos sobre Mísseis Antibalísticos (ABMS). Pode se dizer que essa foi a retomada de um comércio entre EUA e URSS as perspectivas do que poderiam se tornar esses acordos foram excelentes. (HOBSBAWN, 1995).

Gerald Ford, que assumiu após o impeachment de Nixon deu continuidade a sua política externa. Se desempenhou em conter a conduta soviética, insistindo nas negociações de Berlim e procurando reduzir as forças militares na Europa. Então em 1975, seu governo foi o responsável pela assinatura do tratado de Helsinque. (KISSINGER, 1994)

Em 1981, Ronald Reagan foi eleito presidente, a Guerra Fria até então passara por um período de relativa paz, e a intenção do novo presidente era de reafirmar o excepcionalismo estadunidense. Na União Soviética, Gorbachev assumira a liderança e assim como o presidente dos Estados Unidos, não estava disposto a recuar em suas crenças de nação superior. (KISSINGER, 1994).

Em seu segundo mandato como presidente, Reagan se aproveitou da fragilidade soviética, que naquele momento tentará abrir sua economia para o mundo (perestroika). Apesar do crédito ser em grande parte dos governos anteriores, foi no de Reagan que a queda soviética se tornara irreversível, e coube

ao seu sucessor, George Bush, presidir o desfecho desse período na história de geopolítica global. Apesar de pouco conhecer sobre política externa e outras áreas importantes para um grande líder, Reagan conhecia o povo dos Estados Unidos e carregava consigo o “ar” excepcionalista que seus eleitores e parte dos estadunidenses amam.

O desempenho de Reagan foi surpreendente – e para os observadores acadêmicos quase incompreensível. Reagan praticamente não sabia história, e o pouco que sabia ele talhava como base para seus preconceitos firmemente estabelecidos. Tratava referências bíblicas ao Armagedon como previsões operacionais. Muitas das anedotas históricas que ele tanto gostava de contar não tinham nenhum fundamento, de maneira como, em geral, se entendem os fatos. Certa ocasião, numa conversa particular, ele comparou Gorbachev a Bismarck, argumentando que ambos venceram obstáculos internos idênticos, com o passar de uma economia centralmente planejada para o livre mercado. Avisei um amigo comum que Reagan devia ser alertado a jamais repetir essa noção absurda para um interlocutor alemão. O amigo, no entanto, achou imprudente fazer a advertência, temendo que ele pudesse aprofundar a comparação ainda mais na mente de Reagan. (KISSINGER, 1994, p. 715).

Como dito anteriormente, Reagan conhecia e tinha forte afinidade com a “motivação americana”, ele percebeu a fragilidade no sistema soviético, e liderou seu país a uma ofensiva. “Como Woodrow Wilson, Reagan entendia que o povo americano, após marchar em toda sua história ao som dos tambores do excepcionalismo, encontraria inspiração em seus ideais históricos, não na análise geopolítica.” Kissinger (1994, p. 717)

“Ignorando por completo a cordialidade e bom-senso diplomático, ele convenceu o seu povo de que eram necessárias algumas batalhas no âmbito internacional, e que os Estados Unidos precisavam vencer esse conflito contra os comunistas” Kissinger (1994, p. 718)

Mantendo sua palavra de combate ao comunismo, Reagan estava disposto de fazer o que fosse preciso para barrar a União Soviética. A Doutrina Reagan, como ficou conhecida, se baseava em ajudar insurgentes a destituir governos que tinha influência da esfera soviética. O que significava, armar os Mujahideen afegãos, munir os anticomunistas etíopes e angolanos, causar uma revolução na Nicarágua (KISSINGER, 1994) e patrocinar ditaduras na América do Sul.

A Doutrina Reagan resumia-se a uma estratégia de ajudar o inimigo do nosso inimigo – Richelieu teria entusiasticamente aprovado. O governo Reagan deu ajuda não só a democratas genuínos (como na Polônia), mas também a fundamentalistas islâmicos (mancomunados com os iranianos) no Afeganistão, a direitistas na América Central e a déspotas tribais na África. Os Estados Unidos não tinham mais em comum com o mujahideen do que Richelieu tivera com o sultão do Império Otomano. Mas havia um inimigo comum e, no universo dos interesses nacionais, isso os transformava em

aliados. Os resultados ajudaram a acelerar o colapso do comunismo, mas deixaram os Estados Unidos à frente torturante questão que tentaram evitar na maior parte de sua história, e vem a ser o dilema central do estadista: que fins justificam os meios? (KISSINGER, 1994, p. 725)

Reagan tomava todas essas atitudes de forma autônoma, talvez soubesse que seus aliados não concordariam com ele. Isso ocorreu por exemplo em 1986, “ele se reuniu com Gorbachev em uma reunião de cúpula e os dois países aceitaram em reduzir todas as forças estratégicas em 50% nos cinco anos seguintes, destruir os mísseis balísticos em dez, e acabar por completo com as armas nucleares” Kissinger (1994, p. 733)

Sem mais condições financeiras de bancar nem mesmo a sua própria estrutura, a União Soviética, estava deixando que seus “satélites”, Polônia e Hungria, comesçassem a caminhar com as próprias pernas, por assim dizer. O sistema soviético estava ruindo, em outubro de 1989, Gorbachev visitou Berlim, e pediu para que seu líder Eric Honecker, estimulasse uma política reformista, era tarde demais, poucas semanas após a visita de Gorbachev, o muro de Berlim caia (KISSINGER, 1994, p. 745 – 746)

No entanto apenas quatro semanas depois, o Muro de Berlim veio a baixo, e daí a de meses Gorbachev concordara com a unificação da Alemanha como parte da Otan. A essa altura, todos os governos comunistas dos satélites haviam sido derrubados, e o Pacto de Varsóvia desaparecera. Yalta virou pelo avesso. A história mostrou que era tolice a afirmação de Kruschew de que o comunismo enterraria o capitalismo. A união soviética, exaurida ao longo de 40 anos, por tentar solapar a coesão ocidental, pois necessitava mais da ajuda ocidental que dos satélites. Em 14 de julho de 1989, Gorbachev apelou, na reunião de cúpula do G-7, aos chefes de governo das democracias industriais: “Nossa perestroika é inseparável de uma política voltada para nossa total participação na economia mundial. O mundo só tem a ganhar com a abertura de um mercado vasto como a União Soviética”. (KISSINGER 1994, p. 746)

Enfim, os Estados Unidos haviam vencido a Guerra Fria. Kissinger completa o pensamento sobre esse período com algumas questões relevantes que se foram feitas naquela época:

Em 1991, as democracias haviam vencido a Guerra Fria. Mas, tão logo alcançaram muito mais do que jamais haviam imaginado possível, o debate original da Guerra Fria irrompeu novamente. Fora a União soviética alguma vez realmente uma ameaça? Não teria ela se desintegrado, mesmo sem os esforços da Guerra Fria? A guerra Fria não fora uma invenção de estressados planejadores políticos que irrompiam a harmonia básica da ordem internacional? (KISSINGER 1994, p. 750)

Foram oito governos, tanto democratas quanto republicanos “lutaram” essa Guerra. Que deixou sequelas, não só na União Soviética e nos seus satélites, mas em todo mundo. Mas, naquele momento, os Estados Unidos haviam triunfado,

custasse a quem tivesse custado, eles eram os grandes campeões. A autoestima dos estadunidenses estava de volta a bandeira americana voltará a tremular vigorosamente. “A Guerra Fria tinha sido sob medida para os preconceitos americanos. Havia uma grande ameaça ideológica, que rendeu máximas universais, ainda que simplificadas, aplicáveis à maior parte dos problemas mundiais.” Kissinger (1994, p. 753).

Após a queda do Muro de Berlim, os Estados Unidos se tornaram a única superpotência do mundo, isso visto de uma ótica que, eles eram o único Estado capaz de projetar poder militar em escala global, e tornou-se praticamente impossível para outros Estados conseguirem um equilíbrio no âmbito militar. Essa “unipolaridade” se mostrou enganosa, e deu aos Estados Unidos uma arrogância (não que já não a tivessem) que resultou em táticas desastrosas não só como a invasão do Iraque, mas em lidar diplomaticamente com outras possíveis superpotências. A queda do muro de Berlim, fez com que alguns estadunidenses acreditassem que a história acabou ao “estilo americano” e que a democracia era a única opção para o mundo. (NYE, 2019)

A Guerra contra o comunismo, mais especificamente a doutrina Reagan ajudou inúmeros grupos chamados de “guerreiros da liberdade”. Esses guerreiros receberam enorme apoio dos presidentes Reagan e Carter, dentre os grupos estavam os apoiadores do genocídio de Pol Pot, no Camboja, a guerrilha direitista em Angola e até movimentos contra o apartheid na África do Sul (KARNAL, 2010). Isso sem contar nas “revoluções” que os Estados Unidos fizeram em seu quintal, como por exemplo:

Na América Central, o governo americano treinou e bancou guerrilhas anticomunistas contra o governo socialista dos Sandinistas na Nicarágua (que derrubou o ditador pró-americano, Somoza, em 1979) e providenciou assistência militar e econômica aos governos e às forças militares de El Salvador e da Guatemala. Em 1989, presidente George Bush sr. Invadiu brutalmente o Panamá para demolir o governo de um ex-aliado, Manuel Noriega, que contrariara os interesses dos Estados Unidos. (KARNAL, 2010, p. 242)

Sem pensar nas consequências de todos os atos que o imperialismo dos Estados Unidos causará ao redor do mundo durante esse período, os autores e patriotas dos estadunidenses, assim como Kissinger acreditam que:

O excepcionalismo inspirou a política externa americana e deu aos Estados Unidos força moral para vencer a Guerra Fria. Mas o mundo multipolar do século XXI exigirá do excepcionalismo aplicações mais sutis. Os Estados Unidos terão finalmente de resolver o que sempre evitaram em sua história:

se a tradicional visão de si mesmos – como farol orientador ou como cruzados atuantes – ainda define suas escolhas ou se as limita. Resumindo, se devem, enfim, trabalhar em algum tipo de definição de seus interesses nacionais. (KISSINGER, 1994, p. 754)

A Guerra Fria foi um excelente período para que as elites políticas e econômicas dos Estados Unidos colocassem em prática seu imperialismo. Apesar das baixas, como no Vietnã por exemplo, utilizando o pretexto de combate à União Soviética e seus aliados o país conseguiu abrir inúmeras oportunidades de investimentos às corporações estadunidenses. Esse contexto foi ainda mais acentuado entre os anos de 1970 e 2000, sob a batuta de Reagan, Bush e Clinton o país realizou uma série de intervenções diplomáticas, militares e econômicas no mundo todo. (KARNAL, 2010).

1.8 A NOVA ORDEM MUNDIAL

Os anos 90 são marcados pelo início de uma nova ordem mundial, mais complexa e pelos Estados lutando por zonas de influências de interesses econômicos. Os Estados Unidos se mantiveram firmemente no topo dessa nova disputa, ainda mais por sua força pós Guerra Fria e sem os adversários soviéticos (KARNAL, 2010). muitas das normas e regras globais existentes hoje, podem ser vistas como uma negociação que ocorreu entre os países ocidentais e os não ocidentais, isso mostra que o Ocidente perdeu sua força de manutenção do colonialismo. Os formuladores de política externa dessa nova ordem mundial, viram que, é muito mais produtivo adotar essas regras e normas, do que apelar para a força bruta, aliviando suas nações de pesados encargos (STUENKEL, 2018).

A respeito dos presidentes dos Estados Unidos temos nomes como George H. W. Bush que era um realista pragmático, porém, usou a linguagem wilsoniana de segurança coletiva e da nova ordem mundial para justificar a primeira Guerra do Golfo. Seu sucessor, Bill Clinton, manteve a linha de raciocínio e transvestiu sua política dando a alcunha de “ampliação democrática e engajamento”. Bush “filho” vendo o mundo como um realista, fez campanha contra as intervenções de ajuda humanitária e auxílio a construção das nações da Bósnia e de Kosovo propostas por Clinton. (NYE, 2019)

O fim da guerra fria projetou os Estados Unidos, naquele momento, como a maior potência mundial. “A ausência de ameaças, ideológicas ou estratégicas, libera as nações para rumarem suas políticas externas cada vez mais em direção a seus interesses nacionais” Kissinger (1994, p. 756).

Mas os Estados Unidos não estão, na verdade, em posição melhor de ditar a agenda global, unilateralmente, do que estavam no início da Guerra Fria. Os Estados Unidos preponderam mais que há dez anos, porém o poder tornou-se mais difuso. Assim, a capacidade dos Estados Unidos de emprega-lo para moldar o resto do mundo, realmente decresceu. (KISSINGER, 1994, p. 759 e 760).

Sem dúvida o poder de influência dos Estados Unidos no mundo mantém-se grande em todo mundo, entretanto, hoje vemos que economicamente sofre uma disputa extremamente acirrada com a China, Kissinger já havia alertado sobre isso em 1994. “Os Estados Unidos enfrentarão competição econômica de um tipo que jamais experimentaram durante a Guerra Fria.” Kissinger (1994, p. 760). Ainda sobre sua relação com a Rússia, após a guerra fria os Estados Unidos variam seu comportamento de acordo com o seu líder

Bush lamentou a desintegração da União Soviética de Gorbachev, e Clinton tem concordado com o afã de restaurar a antiga esfera de influência da Rússia. Os governos americanos têm se absterido de invocar os tradicionais freios diplomáticos sobre a política russa, temendo promover os supostos adversários nacionalistas de Yeltsin (antes dele, os de Gorbachev). (KISSINGER, 1994, p. 768)

Internamente, os Estados Unidos se mantêm muito divididos

(...) os liberais americanos – porta-estandartes do wilsonismo – têm-se desapontado com os aliados democráticos, que praticam uma política de interesses nacionais, ao contrário da segurança coletiva e do direito internacional; citam a Bósnia e o Oriente Médio como exemplos da impossibilidade de concordarem, apesar dos valores comuns. Ao mesmo tempo, a ala isolacionista do conservantismo americano – a outra forma do excepcionalismo – tem sido tentada a voltar as costas para o que despreza como o egoísmo e o relativismo maquiavélico da Europa. (KISSINGER, 1994, p. 770)

O século XXI global e principalmente tendo como ator central os Estados Unidos começaram “agitados”:

Dois eventos marcantes que abriram o novo milênio exemplificam os principais dilemas enfrentados pelos Estados Unidos. O primeiro aconteceu no dia 30 de novembro de 1999, quando 40 mil manifestantes confrontaram os líderes do mundo industrializado na reunião da Organização Mundial de Comércio, em Seattle, para protestar contra as injustiças da crescente globalização da economia. O segundo ocorreu no dia 11 de setembro de 2001, quando o grupo terrorista fundamentalista islâmico al-Qaeda atacou Nova York e Washington numa série de atentados que mataram mais de 2,5 mil pessoas. Ambos ilustram graves problemas econômicos e políticos herdados do século XX (KARNAL, 2010, p. 254).

Logo após os ataques de 11 de setembro o governo de George W. Bush começou a agir, alguns dos fatores que foram justificados pela política externa estadunidense para invasão do Iraque foram, o medo de que Saddam Hussein pudesse desenvolver armas nucleares, as inúmeras violações dos direitos humanos que Saddam realizava e que a democratização dos territórios de Iraque, Afeganistão e etc. fariam o terrorismo acabar, Nye (2019). E ainda segundo Smith (2016), a Doutrina Bush nada mais era que uma declaração de um ato imperialista dos Estados Unidos fora dos parâmetros dos ideais de Woodrow Wilson, na verdade essa invasão foi, em toda história da Política externa estadunidense o ato mais terrível de agressão imperialista.

Noam Chomsky em uma de suas palestras ao MIT, trata esse fato e como o ocidente via com normalidade e apoiava de certa forma o que o governo dos Estados Unidos fazia para combater os terroristas afegãos, “a civilização ocidental está prevendo o massacre de três a quatro milhões de pessoas” ele continua “O emissário especial das Nações Unidas encarregado da distribuição de alimentos

implorou aos Estados Unidos cessassem os bombardeios, para que tentassem salvar milhões de vítimas. Pelo que pude averiguar, o apelo não chegou a ser noticiado” Chomsky (2001). E essa, foi a política de Guerra ao terror, sustentada pelos Estados Unidos, desde o evento de 11 de setembro, até meados de 2021. Ainda no discurso o acadêmico conclui essa parte:

E o que está acontecendo parece ser uma espécie de genocídio silencioso. Essa realidade também nos proporciona um bom *insight* da cultura das elites, a cultura da qual somos parte. Pois não importa o que possa acontecer — e não sabemos o que vai acontecer — o fato é que planos estão sendo elaborados e programas sendo implementados a partir do pressuposto de que podem provocar a morte de milhões de pessoas nos próximos meses. Tudo muito informalmente, *en passant*, sem maiores reflexões a respeito. Tudo visto como algo normal e corriqueiro, tanto nos EUA como em grande parte da Europa... (Chomsky, 2001, p. 5).

Conforme o tempo ia passando e a guerra se tornava ainda mais impopular, George Bush, voltou seu discurso para o tom moral ao estilo wilsoniano, e assim tentava justificar a importância de fazê-la, em 2005 segundo Nye (2019) ele pronunciou uma “agenda de liberdade para a Política externa americana, e afirmava que os Estados Unidos não descansariam até que cumprissem sua promessa de libertar cada povo em cada nação.

Desde a Segunda Guerra, o país estendeu seu alcance ao redor do mundo de maneiras que não preciso descrever. Mas sempre envolveram matar alguém. Sempre envolveram lutar em algum outro lugar. Sempre foram outros os massacrados. Nunca aqui. Nunca o território nacional. (CHOMSKY 2001).

O direito internacional e a governança global servem com frequência para institucionalizar novas hierarquias e gradações de soberania, para legitimar depredações de autonomia política e autodeterminação de maneiras que por vezes remontam ao imperialismo do século XIX (Stuenkel, 2018, p. 33)

Sobre ainda o nível hierárquico global, se falarmos de poder militar, os Estados Unidos sem dúvida ainda possuem um poder esmagadoramente dominante, já em relação ao poder econômico, a nova ordem global é completamente multipolar, mesmo que os sistemas financeiros ainda tenham Nova York e Londres como os centros financeiros mundial (STUENKEL, 2018).

Durante os 70 anos que vieram após a segunda guerra mundial o sistema de segurança fruto das relações entre instituições multilaterais e políticas econômicas definiram um lugar privilegiado aos Estados Unidos no topo da ordem internacional.

Entretanto, esse sistema vem sendo questionado pela ascensão de “novas” potências como a China no cenário internacional e de uma nova onda de políticas populistas que invadem as democracias (Nye, 2019)

Para aqueles que acreditam que a adoção da democracia colocaria um ponto final ao risco de confrontação entre China e Estados Unidos, um exemplo é o grupo palestino Hamas, que aderiu o regime político democrático e nem por isso se tornou aliado aos países ocidentais. Inclusive é possível que uma China democrática adote uma política externa baseada em seus interesses nacionalistas de forma agressiva, confrontando ativamente o poderio militar dos Estados Unidos na Ásia. (STUENKEL, 2018)

O presidente Donald Trump, talvez inspirado em Woodrow Wilson, veio ao poder através do resgate do excepcionalismo, porém, enquanto Wilson buscava criar instituições multilaterais e “cooperar” com o resto do mundo, Trump concentra seu discurso em uma definição de interesse nacional extremamente contestável e minimiza a importância da democracia como soft Power. Seu slogan afinal era “American first”, nessa linha de raciocínio, Trump esqueceu que havia uma comunidade internacional e partiu do pressuposto que até os aliados poderiam querer se aproveitar dos Estados Unidos. (Nye, 2019).

Em suma, como pontuou Hobsbawm em seu livro sobre o breve século XX “Quem eram, na verdade, as potências internacionais, velhas ou novas, no fim do milênio? O único Estado restante que teria sido reconhecido como grande potência, no sentido em que se usava a palavra em 1914, eram os EUA.”

E o que podemos esperar das próximas décadas? Bem, os Estados Unidos ainda possuem e possuirão grande influência com base em seus acordos realizados nos últimos anos (explícitos e implícitos). Outra vantagem do país é que sede de órgãos como as Nações Unidas, o FMI e do Banco Mundial, o que proporciona fácil acesso ao governo estadunidense. Porém, a China que hoje é a principal concorrente dos EUA e busca aproximar esses privilégios em novas instituições que criam e que ganham força ano após ano, como por exemplo o caso do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura. Stuenkel (2018). O que se observa e se observará nos próximos anos é uma concorrência mais “limpa”, a China sabendo que não tem tanto poder para competir com os Estados Unidos nas instituições tradicionais, cria as suas próprias e traz o jogo do Sistema Internacional para “dentro de casa”, com suas normas e aliados.

1.9 OBJETIVOS

1.9.1 OBJETIVO GERAL

O presente projeto tem por objetivo principal analisar de que forma a política externa estadunidense foi estabelecida no período pós-Segunda Guerra Mundial até os dias atuais e as formas de abordagem.

1.9.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Entender e correlacionar como a definição e o conceito de imperialismo se encaixam e se permitem maior compreensão do cenário estadunidense no sistema internacional.
- Salientar o processo de ascensão dos Estados Unidos desde o final da Segunda Guerra Mundial até atualmente e associar com a ideologia neoimperialista.
- Analisar o processo histórico, econômico e social do desenvolvimento da política externa estadunidense como potência hegemônica, através da utilização da teoria marxista para as relações internacionais.

1.10 JUSTIFICATIVA

Os Estados Unidos durante grande parte de sua história venderam-se como sendo o único país capaz de estabelecer o equilíbrio e a paz entre as nações. Convencidos de que os seus valores seriam capazes de mudar estrutura de países que passavam por crises políticas e econômicas, utilizaram destas prerrogativas para invadir outras nações, assumir a frente de inúmeros eventos globais, dar-se ao luxo de não questionar as organizações internacionais sobre se deviam ou podiam tomar determinadas ações no sistema internacional.

Desta forma, a presente pesquisa busca a compreensão dos eventos ocorridos após a segunda guerra mundial, e os motivos que levaram aos Estados Unidos em intervir nessas situações, tal como, obter uma visão analítica de toda a narrativa utilizada pelos policy makers estadunidenses para tornar suas ações dignas e vistas no restante do mundo como essenciais para combater um inimigo que, poderia ser letal ao sistema mundial, senão houvesse os EUA. Nela, é tentada desmistificar algumas narrativas dos Estados Unidos, principalmente em eventos da Guerra Fria e em relação ao Oriente Médio.

A escolha dos eventos fora baseada no livro “Diplomacia” do ex-secretário de Estado dos Estados Unidos e ganhador do prêmio Nobel da paz de 1973, o diplomata Henry Kissinger. Acrescido a sua narrativa, foram adicionadas citações de outros autores com pontos de vista convergentes a dele, para que assim, o leitor possa tirar suas próprias conclusões com a leitura desta análise.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Para Marconi e Lakatos (2010), Método científico é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista. Portanto, a parte metodológica de uma pesquisa é parte essencial na formulação de um projeto de pesquisa.

Essa pesquisa adota o método histórico, ou seja, irá investigar como determinados fatos e processos interferiram nas sociedades para que elas atingissem seu status quo dos dias atuais. É também uma pesquisa de caráter bibliográfico qualitativo, ou seja, faz análise do problema exposto através de referências teóricas publicadas anteriormente e descreve tais atos de uma forma subjetiva.

3 RESULTADOS

De acordo com o material bibliográfico e informações adicionais analisadas, o pesquisador alcançou os resultados que serão apresentados a seguir quanto aos eventos que envolveram a política externa estadunidenses entre o período pós segunda-Guerra mundial e sua nova ordem pós Guerra Fria que foram selecionados.

3.1 EVENTOS ANALISADOS

Da ascensão dos Estados Unidos no Sistema internacional e o excepcionalismo. Os Estados Unidos se veem como uma nação diferenciada de todos o restante do mundo, essa arrogância que dita tanto sua política externa quanto suas políticas locais está intrínseca a sua história e se deve por conta da crença do excepcionalismo, ou seja, o país foi eleito por Deus para salvar o resto do mundo. Tal pensamento faz com que os EUA interfiram em todos os eventos possíveis desde uma Guerra mundial, até em conflitos em penínsulas do outro lado do globo. Sempre projetando seus interesses e vendo possíveis competidores do sistema internacional como vilões, eles justificam suas intervenções com base nesses pensamentos e trabalharam seu marketing durante muito tempo fazendo com que o restante do mundo acredite também. O sucesso da dos Estados Unidos tornou-se um sucesso divino, e cada vitória em suas batalhas como a independência por exemplo, uma vontade de Deus alcançada e assim vem sendo, ano após ano, evento após evento eles fortificam seus pensamentos e justificam seus erros. (SACHS, 2018)

A Guerra Fria, o governo dos Estados Unidos precisava da União Soviética e sua ideia de comunismo apocalíptico, essas concepções se tornaram extremamente úteis na construção da política externa dos estadunidenses. A demonização de um inimigo externo fortalecia a imagem da maior potência mundial, por tanto tempo pregada e construída pelos EUA no decorrer de sua história. A histeria pública facilitava aos presidentes a atrair personalidades famosas e isso aumentava o marketing e como consequência a arrecadação de impostos, um ciclo extremamente lucrativo para a política americana. (HOBSBAWN, 1995).

Guerra da Coreia, mesmo após garantir que os Estados Unidos não se envolveriam em nenhum conflito em uma região tão distante de seu país, no dia 25 de junho de 1950, os Estados Unidos embarcavam em mais uma guerra. Com uma tropa mal treinada e que na época ocupava o Japão, o presidente Truman enviou uma força expedicionária para defender os sul-coreanos. O conflito a princípio simples de afastar as tropas norte-coreanas acabaram perdendo o controle quando o general MacArthur resolveu por conta própria que os EUA deveriam invadir a área de Manchúria. O resultado foram quase 3 anos de guerra, milhões de dólares gastos em mais de 100 mil mortos. (KISSINGER, 1994)

A Crise de Suez, Corrida espacial, divisão de Berlim e a Crise dos Misseis foram eventos analisados que interferiram diretamente na dinâmica global, durante o período da Guerra Fria. A política externa dos EUA, mesmo com toda sua complexidade e vasta área de atuação, sofreu com esses eventos, a crise de Suez e a dos Misseis provou para o mundo que os Estados Unidos não eram capazes de controlar tudo a sua volta. A Corrida espacial, permitiu um salto gigantesco no quesito tecnológico de hoje em dia e a divisão de Berlim, foi um marco senão o maior marco divisório desse período, que até hoje, divide a arquitetura urbana da capital alemã e nos lembra desse breve período.

A Guerra do Vietnã, foi uma guerra não declarada. Um conflito onde os dois lados acreditando que haviam vencido, um conflito em que os Estados Unidos entraram sem uma clareza. A princípio a ideia dos estadunidenses era realizar um programa de pacificação com o intuito de ganhar adeptos de sua democracia e modo de viver nos vietnamitas. Porém, todas suas forças de marketing foram em vão, os EUA até possuíam certo domínio nas cidades, porém, no campo não só não conseguiam controlar a população, como também sofriam para guerrear com os vietcongs tão acostumados com esse “tipo de guerra”, diferentemente dos Estados Unidos, com seus homens treinados para batalhas de exército contra exército. E assim, o saldo da Guerra foram 57 mil soldados estadunidenses mortos ao modo que 4 milhões de locais acabaram morrendo, uma guerra perdida (mesmo que nunca assumam isso) e um crescente de movimentos antiguerra e anti-imperialistas por todo o mundo (KARNAL, 2007).

O Oriente Médio, o que se tem de informação é que nesse período pós segunda guerra mundial, a CIA tem seus primeiros contatos de influência com o Oriente

Médio no golpe ocorrido em 1953. O Irã então, passava para o “lado ocidental” sendo um delegado regional que respondia aos interesses dos Estados Unidos. com o apoio do governo estadunidense o xá Mohammad Reza Pahlavi se manteve-se longos 15 anos no poder. E esses anos de tirania apoiadas pelos EUA, geraram no povo e em seu líderes uma revolta muito grande, não só contra o seu líder, mas contra as políticas imperialistas ocidentais dos estadunidenses. Em suma, se o povo iraniano quisesse ter seu país de volta, eles precisariam do Estado islâmico, um governo muçulmano apenas não seria o suficiente. O resultado foi a revolução iraniana de 1978-1979, que culminou na fuga do xá em janeiro de 1979, deixando para trás um governo incapaz de segurar os revoltosos, e com a volta do líder Khomeini do exílio (DEMANT, 2003). Hoje vemos como a história é cíclica, como a política de guerra ao terror dos Estados Unidos foi “exatamente” igual, como o Afeganistão repete os mesmos passos do Irã no final da década de 70, e de certa forma é possível até compreender o ódio crescente em grupos extremistas religiosos contra os ocidentais.

Fim da Guerra Fria, a União Soviética desmoronou num período em que os Estados Unidos esperavam ter novos conflitos com os soviéticos. Ao modo que Reagan resgatará o sentimento excepcionalista do povo estadunidense, Gorbachev tentou de maneira precipitada reformar o seu sistema, impossível para seu país. Os Estados Unidos não estavam mais dispostos a realizar distensões, mas partir para uma cruzada, com uma visão apocalíptica do sistema internacional. No fim, Reagan e o restante do globo tiveram sorte, o sistema soviético desmoronou e a guerra fria finalmente chegará ao fim.

Nova ordem Mundial, embora previsões acreditem que Estados Unidos e Europa mantenham suas lideranças, vemos mudanças na balança de poder com base nas instituições e crescimento de países asiáticos. O quadro coloca a sul global em ascensão apesar da dependência do dinheiro do norte e da indispensável necessidade das importações chinesas, apesar disso, houveram avanços inegáveis dos países emergentes nas últimas décadas. Mas o certo é que a narrativa global muda, e a história não coloca mais os Estados Unidos como o maestro do sistema internacional, e a competitividade com China e ascensão de outros países faz florescer uma cooperação internacional, nunca vista antes na história humana. (STUENKEL, 2016)

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Inicialmente procurei abordar como se deu a ascensão dos Estados Unidos no cenário global, a partir do período do fim da Guerra Fria, tratando da Pax americana, que seria a expansão do seu poder por todo território global, e fazendo isso através de suas crenças, ou seja, no seu excepcionalismo (ideia na qual, o país é o instrumento de Deus para levar os seus ideais e crenças a todo o mundo), que está contido no seu discurso e em sua política externa imperialista. Para mostrar como os Estados Unidos agem no sistema internacional, foram escolhidos eventos importantes e de grande repercussão na política externa e que afetaram países em todo o globo.

Utilizando como narrativa a base de um dos principais diplomatas estadunidenses Henry Kissinger, os eventos foram selecionados para que fosse possível ter uma visão do que aqueles fazedores de política externa dos Estados Unidos acreditavam, e em contraposição, autores como por exemplo Edward Said, Leandro Karnal e Noam Chomsky foram colocados para se ter uma ideia dos mesmos eventos mas com uma ótica de fora do senso estadunidense (apesar de Noam Chomsky ter nascido nos Estados Unidos ele tem uma forte crítica à imprensa e algumas atitudes do governo de seu país).

A partir desse entendimento, temos que entendimento, são trazidos eventos importantes que contaram com a ação da política externa dos Estados Unidos. Então, começa com o conceito de como se deu a Guerra Fria, e a divisão do mundo em uma bipolaridade com os Estados Unidos e a União Soviética disputando territórios e aliados independente de sua localização e crenças geopolíticas. Em seguida, como essa disputa entre as duas grandes potências desenrolaram uma série de eventos catastróficos para inúmeros países, e como os Estados Unidos justificou seus atos através de seu excepcionalismo e assim, como seriam os únicos capazes de salvar outros países, levando sua democracia e modo de viver.

Neste presente artigo resolvi tratar da Guerra da Coreia, onde as duas Coreias lutaram pela dominação de sua península, os Estados Unidos conseguiram uma intervenção de forma legalista, e durante anos de guerra viu perdas humanas consideráveis tanto por parte de coreanos e chineses, quanto dos seus próprios soldados. Enquanto ela ocorria, as tensões da Guerra Fria ficavam ainda mais tensa da parte ocidental do globo. A cidade de Berlim era dividida entre os ganhadores da Segunda Guerra Mundial, os soviéticos dividiam a capital alemã das demais esferas

de influência, e por não haver interesse dos estadunidenses nada era feito, já que para eles a única coisa que mudava era que famílias alemãs eram divididas, o que não valia o esforço de seus diplomatas. Somado a isso, como se não bastasse a corrida para conquistar outros países, as superpotências correram para conquistar o espaço, um duro golpe aos estadunidenses. E por fim, no quintal dos Estados Unidos, num país chamado Cuba, uma das maiores tensões que o mundo já viveu, com a crise dos mísseis isso porque, após uma tentativa frustrada de derrubar o governo local, os Estados Unidos viram seu maior rival colocar mísseis balísticos como forma de proteção à ilha.

Outro evento retratado no presente relatório é a crise do Vietnã, um dos, senão o maior fiasco vividos na história dos Estados Unidos. Vendo a região da Indochina como crucial à manutenção do capitalismo na Ásia, tropas estadunidenses foram enviadas ao Vietnã do Sul para combater “o mal”. Porém, o exército estava despreparado para treinar a população local e combater guerrilheiros do Vietnã do Norte. Isso resultou em inúmeras chacinas da população vietnamita e mortes de soldados dos Estados Unidos. Com sua população dividida entre aqueles que eram contra e os que eram a favor da guerra, e sem nenhuma perspectiva de vitória. Os Estados Unidos negociaram uma retirada, para não parecer que haviam perdido a guerra para os vietcongs.

No Oriente médio os Estados Unidos ainda colhem frutos, para combater os soviéticos e tirar do poder líderes e grupos que flertavam com o comunismo. o governo estadunidense financiou e armou grupos extremistas como a Al-Qaeda e o Talibã. O que inicialmente parecia uma “excelente ideia” mesmo que seus atos pudessem dizimar a população desses países, esses grupos hoje, se voltam contra o próprio Estados Unidos, que em muitas ocasiões ainda se fazem de vítima dos atentados que sofrem.

Após o fim da Guerra Fria, a nova ordem multipolar parecia que tornaria a vida da política externa dos Estados Unidos muito mais pacífica. Sem rivais ideológicos a altura e com a União Soviética desmantelando-se e suas zonas de influência se tornando capitalistas, os Estados Unidos estava pronto para um período de paz e prosperidade. Porém, como dito no parágrafo anterior os governos estadunidenses dos anos 90 e 2000 começaram ter que enfrentar as arestas que ficaram para trás na Guerra Fria, em 2001 o ataque de 11 de setembro mostrou ao mundo toda a fragilidade que os Estados Unidos escondiam por trás de tantos investimentos

militares, e ainda mais, o atentado foi orquestrado por líderes de grupos financiados pelos próprios estadunidenses décadas passadas. Além disso, no horizonte, os Estados Unidos veem se erguer economicamente uma das maiores potências já vistas. A China hoje, não só ultrapassa os Estados Unidos em sua economia, mas começa a ser essencial em todos os países, seus produtos e empresas entram com uma enorme força no mercado internacional, e coloca os Estados Unidos contra a parede.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo, o pesquisador definiu como objetivo geral analisar de que forma a política externa estadunidense foi estabelecida no período pós-Segunda Guerra Mundial até os dias atuais e as formas de abordagem. E como objetivos específicos entender e correlacionar como a definição e o conceito de imperialismo se encaixam e se permitem maior compreensão do cenário estadunidense no sistema internacional; Salientar o processo de ascensão dos Estados Unidos desde o final da Segunda Guerra Mundial até atualmente e associar com a ideologia neoimperialista; e por fim, Analisar o processo histórico, econômico e social do desenvolvimento da política externa estadunidense como potência hegemônica, através da utilização da teoria marxista para as relações internacionais. Acerca desses objetivos, podemos afirmar que foram atingidos de forma integra, como veremos a seguir.

Como muito bem coloca Leandro Karnal, “Para o bem e para o mal, o destino do planeta está associado aos Estados Unidos da América.” (KARNAL, 2010). Os Estados Unidos vieram para ficar, não só lideram as instituições globais e ainda tem uma enorme influência econômica em todo o mundo, mas também, eles são hoje o maestro que regem todo o ocidente (culturalmente, militarmente, economicamente...).

E a política externa da maioria, senão de todos os outros países do mundo está mesmo que de forma superficial, ligada à aos Estados Unidos. Mesmo que a questão do excepcionalismo, tenha fracassado em inúmeros eventos como foram mostrados no presente relatório, os debates sobre às políticas externas dos mais variados países está intrínseco ao fato de ser pró ou contra Estados Unidos. É inclusive hábito reclamarmos da arrogância dos estadunidenses e seus políticos e sua autoestima quando olham com tamanha soberba para as outras nações do globo, porém, nunca houve nenhum governo imperial que foi capaz de enorme humildade frente a um enorme poder (KARNAL, 2010). Os Estados Unidos fazem aqueles que conhecem sua história através de seus filmes e séries, os admirá-los como os grandes salvadores e protetores de todas as nações, eles fizeram aquilo que Noam Chomsky coloca de forma perfeita nesta passagem: “O mundo parece muito diferente dependendo de quem está segurando o chicote e de quem está levando chibatadas há séculos” (CHOMSKY 2001). Quando os Estados Unidos

desenvolveram sua política externa, eles souberam também trabalhar a sua imagem, para que quando seja utilizada a palavra terrorismo, automaticamente venha na cabeça das pessoas, aqueles que são fiéis ao Islã, ou seja, aqueles que “não usam calça jeans e não consomem Coca-Cola”. Mesmo que ainda para alguns poucos nascidos na Guatemala, em Honduras, no Oriente Médio, ou em qualquer outra parte do mundo que sofreram com os atos imperialistas estadunidenses, os seus maiores pesadelos sejam com aqueles homens brancos que vestem terno, que se consideram excepcionais, que são tementes a um Deus cristão e citam a importância da sua família.

é irônico que as descrições da nova forma imperialista empreguem sistematicamente expressões grandiloquentes e apocalípticas que não seriam aplicadas com a mesma facilidade aos impérios clássicos durante seu apogeu. Algumas delas têm um ar de inevitabilidade extremamente desacorçoadora, uma espécie de tom assoberbante, impessoal e determinista. Acumulação mundial, sistema capitalista mundial, desenvolvimento do subdesenvolvimento, imperialismo e dependência, pobreza e imperialismo: o repertório é bem conhecido na economia, ciência política, história e sociologia, e tem sido identificado menos com a Nova Ordem Mundial do que com membros de uma controversa escola de pensamento de esquerda. Todavia, as implicações culturais dessas expressões e conceitos são visíveis – apesar de sua natureza muito debatida e pouco esclarecida – e, infelizmente, não resta dúvida de que são deprimentes mesmo para os olhos mais despreparados (SAID, 1994, p. 433).

o evento de 11 de setembro ficou marcado na história recente da humanidade porque houve uma mudança de direção. De direção no caso em que as armas estavam apontadas, naquele instante e naquele dia específico as armas (os aviões) estavam apontadas para o imperialista e isso foi algo novo, (CHOMSKY, 2001) nunca visto antes na história dos Estados Unidos e de sua nação, tão acostumada a destruir prédios e dizimar famílias em outros territórios

E Para finalizar este projeto, utilizo uma citação do cientista político estadunidense Joseph Nye citado por Cecilia Azevedo na página 6 de seu artigo:

“A elaboração da política externa norte-americana é um processo desordenado por motivos profundamente enraizados em nossa cultura e em nossas instituições políticas (...) Na política externa, a Constituição sempre convidou o presidente do Congresso a disputar o poder. E essa disputa se complica quando o Legislativo e o Executivo são controlados por partidos políticos diferentes. Fortes grupos econômicos e étnicos lutam por definir o interesse nacional conforme os seus próprios, e a cultura política da excepcionalidade americana enreda as coisas ao tornar a nossa política externa singularmente moralista.”

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Cecília. **Culturas políticas em confronto**: a política externa norte-americana em questão. *Anais Eletrônicos do VI Encontro da ANPHLAC*. Uem-pr anphlac, Maringá, 20 a 23 de junho de 2004.
- BARNET, Richard J. **The Root of War**. Ed. Atheneum. NY, 1972.
- CHOMSKY, Noam. **The New War Against Terror**. Forum de Tecnologia e Culture Massachusetts Institute of Technology: [s. n.], 2001. 38 p.
- CROMPTON, Samuel Willard. **Sputnik Explorer I: The Race to Conquer Space**. [S. l.]: Chelsea House Publications, 2007. 106 p.
- DEMANT, Peter. **O mundo muçulmano**. 3ª edição. ed. [S. l.]: Editora Contexto, 2003. 432 p.
- HASS, Richard. **A world in Disarray: American Foreign Policy and the Crisis of the Old Order**. Ed. Penguin Books, 2017.
- HARVEY, David. **El nuevo imperialism**. Ed. Oxford University Press. UK, 2003.
- KARNAL, Leandro. Et al. **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010. 288 p. v. 1.
- HOBBSAWN, Eric. **Era dos extremos**: O breve século XX, 1914–1991. 1ª edição. ed. [S. l.]: Companhia das Letras, 1995. 632 p.
- KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. 1994. tradução Saul S. Gefter, Ann Mary Fighera Perpétuo, tradução revista Heitor Aquino Ferreira. São Paulo, 2012
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LENIN, V. I. **Imperialism, the Highest Stage of Capitalism**, Ed. Resistance Book, 1917.
- MCGLADE, J. **A single path for European recovery?** American business debates and conflicts over the Marshall Plan. In: SCHAIN, M. (org). **The Marshall Plan**: fifty years later. New York: Palgrave, 2001.
- MUNHOZ, Sidnei J. **Guerra Fria História e Historiografia**. [S. l.]: Appris, 2020. 313 p.
- NYE, Joseph S. The rise and fall of American hegemony from Wilson to Trump. **International Affairs**, [S. l.], p. 64-80, 9 jan. 2019.
- PLETSCH, Carl E. **Comparative Studies in Society an History**, Ed. Cambridge University Press Vol. 23, No4, 1981.

- SACHS, J. D. **A New Foreign Policy: Beyond American Exceptionalism**. Ed. Columbia University Press, 2018.
- SAID, E. W. **Culture and Imperialism**. Ed. Vintage Books, 1994.
- SINCLAIR, T. J. **Approaches to world order**. Cambridge: University Press, 2001.
- SMITH, Tony. **Why Wilson Matters: The Origin of American Liberal Internationalism and Its Crisis Today**. [S. I.]: Princeton University Press, 2016.
- STEPHANSON, Anders. **Kennan and the Art of Foreign Policy**. Ed. Cambridge, Mass Harvard University Press, 1980.
- STUENKEL, Oliver. **O mundo pós ocidental: Potências emergentes e a nova ordem global**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. 251 p. v. 1.
- TOMPSON, William J. **Khrushchev A Political Life**. [S. I.]: Palgrave Macmillan UK, 1997.
- VIGEVANI, Tulio. Et al. **A contribuição marxista para o estudo das relações internacionais**. Ed. Lua Nova. SP, 2011.
- YOING, Robert J. C. **Postcolonialism: A very Short Introduction**. Ed, Oxford University Press, 2003.